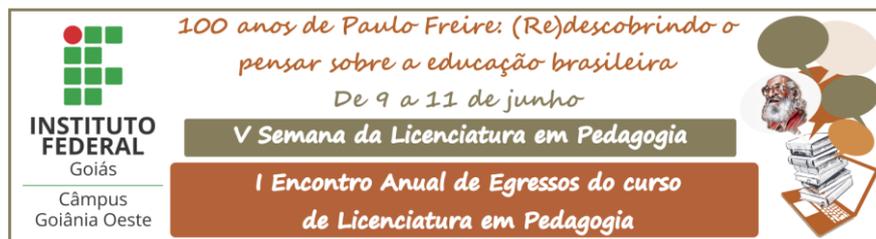


**V SEMANA DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ ENCONTRO ANUAL DE
EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA**

ANAIS



Goiânia (GO)
09 a 11 de Junho de 2021

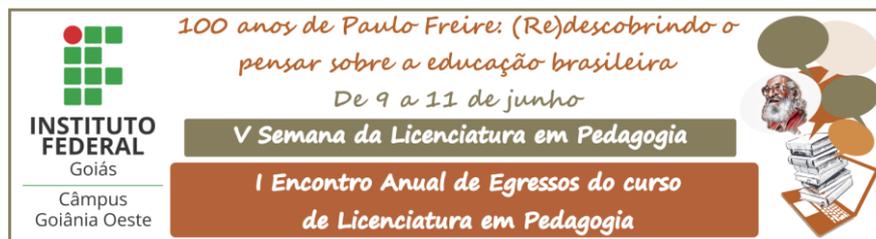


MARIA JOSELI BARRETO
RACLENE ATAIDE DE FARIA
ELIANE GOMES DOS SANTOS
(Organizadoras dos anais)

“100 anos de Paulo Freire: (re)descobrimo o pensar sobre a educação brasileira”

ANAIS DA V SEMANA DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/I ENCONTRO ANUAL
DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Goiânia (GO)
09 a 11 de Junho de 2021



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Semana da Licenciatura em Pedagogia; Encontro Anual de Egressos do Curso de Pedagogia, Câmpus Goiânia Oeste (5. : 2021 : Goiânia)
S471a	Anais da V Semana da Licenciatura em Pedagogia; Encontro Anual de Egressos do Curso de Pedagogia: "100 anos de Paulo Freire: (re)descobrimos o pensar sobre a educação brasileira [recurso eletrônico]. / Maria Joseli Barreto, Raclene Ataíde de Faria, Eliane Gomes dos Santos (orgs). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. – Goiânia: IFG, 2021. 67p.: il. 1. Paulo Freire. 2. Educação. 3. Pedagogia. 4. Anais - eventos. I. Barreto, Maria Joseli. II. Faria, Raclene Ataíde de. III. Santos, Eliane Gomes dos. IV. Título.
	CDD 370



100 anos de Paulo Freire: (Re)descobrimo o pensar sobre a educação brasileira
De 9 a 11 de junho

V Semana da Licenciatura em Pedagogia

I Encontro Anual de Egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia



Realização

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –
Câmpus Goiânia Oeste

Endereço: Rua RF 17, Quinhão 1, Fazenda Santa Rita, Residencial Flórida. CEP:

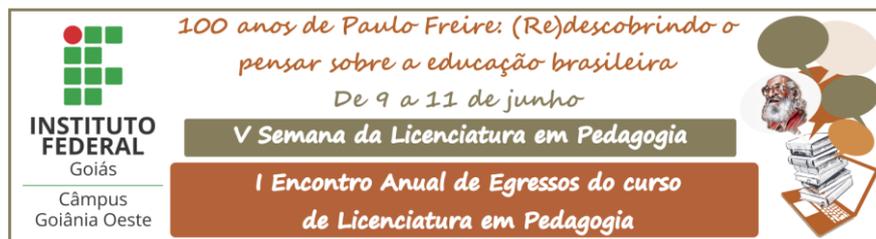
74371-219. Goiânia-GO

Fone: (62) 3237-1850

E-mail: semanapedagogiaoes@ifg.edu.br

Site do evento: <http://eventos.ifg.edu.br/semanapedagogiaoes>

Site do Câmpus Goiânia Oeste do IFG: www.ifg.edu.br/goianiaoeste



COORDENAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Maria Joseli Barreto

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Carolina Almeida da Silva

Ana Luiza Nascimento Outeiro

Cleysla Mendes da Silva

Eliane Gomes dos Santos

Prof^ª Ma. Fernanda Veloso Lima

Gleisielly Rodrigues dos Santos

Izadora Carolina Rabelo Candido

Prof^ª Dr^ª Janaina Cristina de Jesus

Julia Silva Maroqui

Karolline Alves Silva

Maria de Lurdes Fernandes da Silva

Prof^ª Dr^ª Maria Joseli Barreto

Pâmella Fernandes Araújo

Prof^ª Dr^ª Raclene Ataide de Faria

Prof^ª Ma. Sarah da Silva Araújo

Stephanie Silva Justino

Prof^ª Dr^ª Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Thays Hohanne Ferreira dos Santos Santana

COMISSÃO CIENTÍFICA

Me. Adriam Marcos da Silva

Prof^ª Dr^ª Daniela Rodrigues de Sousa

Prof^ª Ma. Débora Caldas Marques

Prof^ª Dr^ª Eliene Lacerda Pereira

Prof^ª Ma. Fernanda Veloso Lima

Prof^ª Dr^ª Janaína Cristina de Jesus

Prof^º Me. John Carlos Alves Ribeiro

Prof^ª Dr^ª Karinne Machado Silva

Ma. Lenir de Jesus Barcelos Coelho

Prof^ª Dr^ª Maria Joseli Barreto

Prof^ª Dr^ª Rachel Benta Messias Bastos

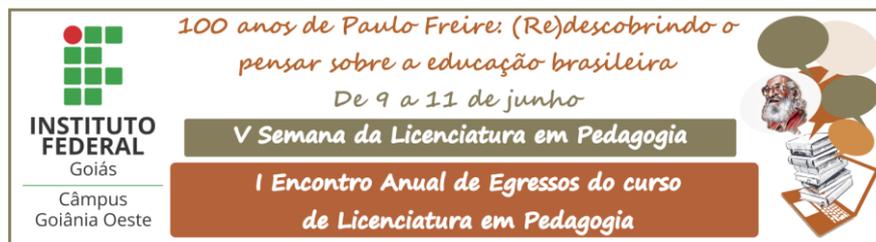
Prof^ª. Dr^ª. Raclene Ataide de Faria

Prof^º Dr^º Ramon Marcelino Ribeiro Junior

Prof^ª Ma. Sarah da Silva Araújo

Prof^ª. Dr^ª. Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Observação: A gravura de Paulo Freire que estampa a capa dos anais da V Semana da Licenciatura em Pedagogia celebrando o centenário de Paulo Freire e o I Encontro Anual de Egressos do curso de Pedagogia, com o tema “100 anos de Paulo Freire: (Re)descobrimos o pensar sobre a educação brasileira”, foi elaborada pela Julia da Silva Maroqui, graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia Oeste.



APRESENTAÇÃO

A Semana da Licenciatura em Pedagogia do Câmpus Goiânia Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é um evento científico e pedagógico que objetiva congrega professoras/es, pesquisadoras/es, acadêmicas/os do curso de Licenciatura em Pedagogia, de outras licenciaturas vinculadas/os ao IFG ou a outras instituições de ensino superior, assim como as redes de ensino, e (para) a comunidade em geral.

No ano de 2021 realizou-se a V Semana da Licenciatura em Pedagogia celebrando o centenário de Paulo Freire e o I Encontro Anual de Egressos do curso de Pedagogia com o tema “100 anos de Paulo Freire: (Re)descobrimos o pensar sobre a educação brasileira” consagrando-se, nesta edição, como um evento anual autônomo dedicado à licenciatura, à educação, à produção e à socialização do conhecimento científico e à interlocução ampliada entre discentes, docentes, egressas/os e a comunidade em geral.

O encontro anual de egressas/os do curso de Pedagogia do Câmpus Goiânia Oeste do IFG era uma aspiração já há alguns anos e que em 2021 se instituiu como integrante indissociado da Semana da Pedagogia, o que confere a esta o caráter plural, dialógico, de compartilhamento e de construção de saberes entre acadêmicas/os, graduadas/os, pesquisadoras/es, profissionais da educação e com a comunidade externa ao IFG.

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFG – Câmpus Goiânia Oeste iniciou as suas atividades em 2014. Em 2018 houve a colação de grau de seus primeiros concluintes. No ano de 2021 celebraram-se sete anos do curso e a sua primeira centena de graduadas/os.

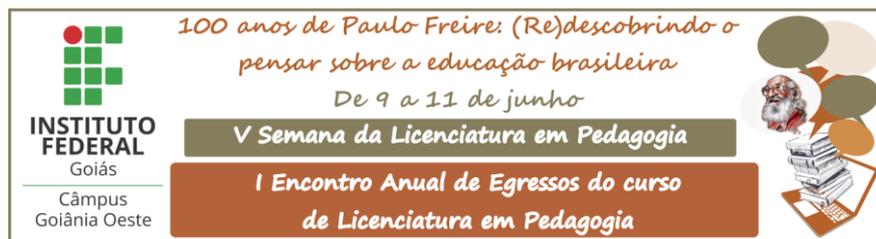
A V Semana da Licenciatura em Pedagogia e o I Encontro Anual de Egressos da Pedagogia, em razão das medidas sanitárias de contenção do contágio pelo vírus SarsCov-2 (Covid-19) e da pandemia dela decorrente, foi realizado, pela primeira vez, de modo remoto pelas plataformas digitais do Google Meet, pelo Canal do IFG – Goiânia Oeste no Youtube e pelo Zoom.

Apesar da trágica situação de saúde pública vivenciada neste ano e de suas consequências para outros importantes âmbitos da vida, em destaque para a educação, a realização deste evento de modo remoto reafirma o compromisso do IFG em manter a realização de suas atividades institucionais aliando o compromisso com a produção e a socialização do conhecimento científico com o respeito à vida de todas as/os participantes.

Este evento desde a sua primeira edição teve formatos distintos tendo sido, em alguns anos, realizado integrado com outros eventos institucionais.

Em 2015 a primeira edição do evento aconteceu a partir da realização da I SECITEC do Câmpus Goiânia Oeste, a qual integrou dois outros eventos na programação: I Semana dos Cursos e o I Conhecendo o IFG.

Em 2016 não ocorreu o evento em decorrência de um ano letivo constituído por um período de greve nacional dos trabalhadores da educação e pelas intensas



mobilizações de estudantes, marcadamente conhecidas como ocupações estudantis de escolas e universidades no Brasil, em protesto, dentre outros, contra a PEC 241/2016 que previa o congelamento dos gastos públicos por 20 anos.

No Câmpus Goiânia Oeste a mobilização estudantil daquele ano ocorreu de modo vigoroso.

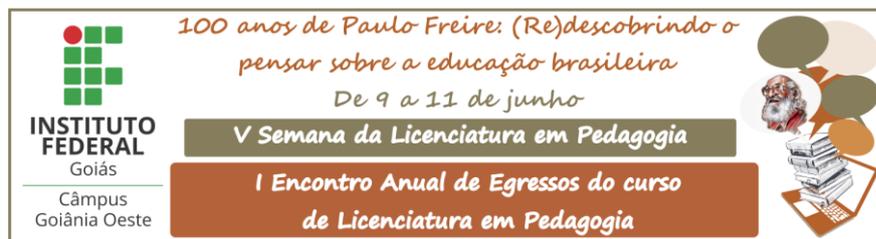
Em 2017, nos dias 12, 13 e 14 de junho, realizou-se a II Semana da Licenciatura em Pedagogia com o tema Pedagogia a FORMAÇÃO em debate, com o objetivo impulsionar os debates sobre os desafios da formação docente na contemporaneidade e seus desdobramentos teórico-práticos e as discussões do campo ético, político e pedagógico, tendo a pesquisa como princípio educativo.

Em 2018 ela foi realizada como “Semana Integrada Saúde e Educação em Debate” congregando temas, profissionais e estudantes vinculados aos cursos de Pedagogia e do curso Técnico em Enfermagem, ambos, do Câmpus Goiânia Oeste.

Em 2019 realizou-se a IV Semana da Licenciatura em Pedagogia com o tema “Resistência à educação ou Educação para a resistência?”.

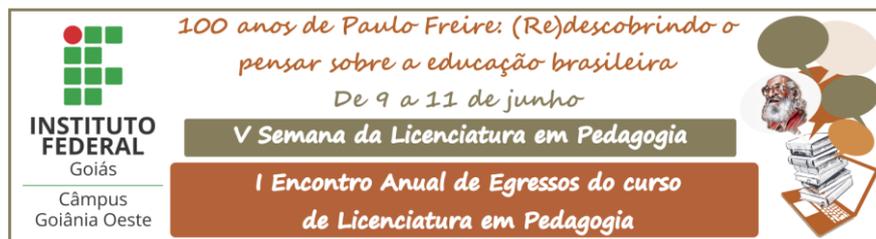
Em 2020, ano em que a pandemia do Coronavírus se iniciou no Brasil, a sua realização não foi possível. A expertise para a realização de um evento de modo remoto demandaria mais tempo para a sua construção do que o que tínhamos a partir das bruscas mudanças vivenciadas desde o mês de março daquele ano.

Por fim, reitera-se a importância da realização periódica deste evento que tem a finalidade de proporcionar conhecimentos, debates, reflexões permanentes sobre o curso, sobre as licenciaturas e sobre a educação pública brasileira.



SUMÁRIO

PAULO FREIRE	9
ENTRE ENCONTROS E DIÁLOGOS: SERES APRENDENTES	11
MEMÓRIA DE MILITANA	13
LER E ESCREVER NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII: O ESTUDO DE CARTAS	16
O RETORNO DE PAULO FREIRE AO BRASIL APÓS A LEI DA ANISTIA: UMA LEITURA A PARTIR DE FONTES HISTÓRICAS	21
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	24
A PERSPECTIVA FREIREANA NOS SUBPROJETOS “ALFABETIZAÇÃO” DO PIBID E RP NO IFG	31
A BRINCADEIRA LIVRE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	34
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A CONCEPÇÃO DE UM MODELO DE ENSINO SUBSERVIENTE AO CAPITAL	39
O KAHOOT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: um relato de experiência	44
O MEDO DA AIDS: ESTIGMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1982-2018.	48
PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DA	53
CIDADANIA E ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL	53
CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	57
REPRESENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL - QUINQUÊNIO 2016-2020	62
CORDEL: 100 ANOS DE UMA VIDA	68



PAULO FREIRE

Poesia inspirada na obra: “Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica”
(Walter Kohan)

Liliane Tosta Costa¹

Paulo Freire mais do que nunca
É preciso declarar
Que a sua filosofia
O tempo não pode mudar
Passado, presente e futuro
Encontram-se num único lugar

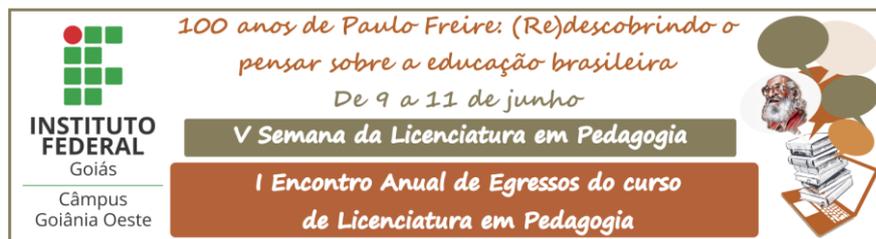
É desse lugar que ele fala
É nesse lugar que ele vive
É nesse lugar que ele sonha
É por esse lugar que ele luta

Missionário com vocação
Andarilho da utopia
Guardião de muitos sonhos
Rompeu com a distopia
Por isso, foi prisioneiro
Mas, com a alma livre vivia

O exílio consolidou
A teoria em construção
A sua voz não se calou
A sua voz não se cansou
Ele sempre dizia:
Todos somos iguais
A educação é potência
Libertadora, transformadora
Para que o mundo seja
Menos difícil de amar

A Educação pela vida
É um ato de amor
E é também um *vir-a-ser*
Ensinando, se aprende
Aprendendo, se ensina a ver

¹Pedagoga (UFG), mestra em Ensino na Educação Básica (Cepae-UFG), Contadora de histórias (Gwaya/UFG), escritora, extensionista do projeto TchamTcham: Estou lendo (IFG/Goiânia Oeste) e professora na rede municipal de Ensino em Goiânia.



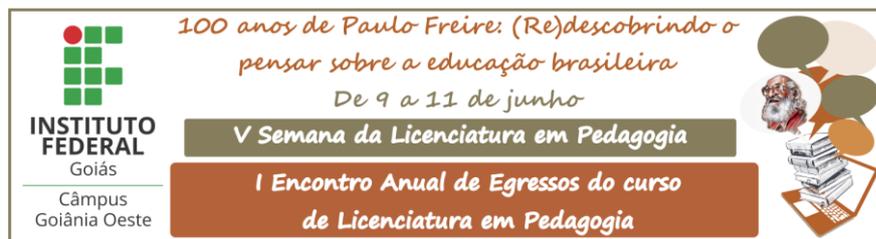
E amando ele escuta
Com atenção os educandos
Conhece a vida e a história
Valoriza a trajetória
Eis a educação dialógica

E em busca dessa lógica
A errância o levou
A ser errante no mundo
E no encontro com outros mundos
Ele também se encontrou

Percorrendo suas memórias
No quintal da sua casa
A sombra das mangueiras
Sua infância reencontrou
E isso lhe inspirou

A infância é força reinventora
A educação deve ser para infância
Mas, essa infância não fala de idade
É a infância da alegria, da curiosidade
Da busca incansável, da ludicidade,
Da renovação e da mudança
É a infância da esperança
Isso, não é cronológico.
É histórico, é ontológico

Em tempos Pandêmicos
Ou dentro do habitual
O habitual que mascara
Essa sociedade desigual
Ensino remoto, ou presencial
O seu legado é imortal
Paulo Freire, mais do que nunca
Por uma educação política
Por uma educação transformadora
Por uma educação libertadora
Por uma educação para a igualdade
Por uma educação de qualidade
Por uma educação com amorosidade.



ENTRE ENCONTROS E DIÁLOGOS: SERES APRENDENTES²

Carlos César de Oliveira³

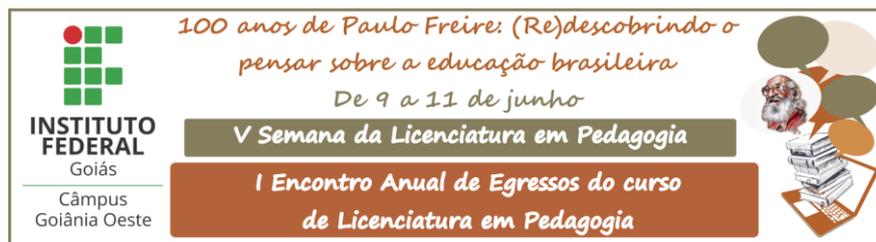
O que seria da nossa vida sem encontros?
Neles, e com eles, tecemos relações,
Cuidamos e somos cuidados...
Encontros que nos aproximam, que através do "entre"
Nos convidam a superar barreiras, do pensamento, do distanciamento,
E nos instigam a pensar...
E ao pensar, dialogo.
E ao dialogar, eticamente, me humanizo.
Me humanizo porque aprendemos juntos, aprendemos com...
Com histórias e relatos de vida,
Com os retalhos de cotidiano...
Tecidos e traduzidos em falas, em arte... entre raps e cordéis...

Encontros são espaços de pronúncia de mundo,
De troca saberes, de afetos, de palavras e gestos...
De falar da vida, do mundo, do (re)encontro com pessoas.
Por meio deles, Eu e Tu se transforma em nós,
E o aprendizado se torna um quefazer coletivo...
Um lugar no qual a gente vira agente e aprende junto,
Por meio da escuta ativa e da construção do diálogo...

Os encontros nos deslocam,
E nos convidam a refletir acerca da realidade....
Nos inquietam, e nos incitam a pensar na transformação...
A transformar a opressão em humanização
A transformar a relação educador-educando em dialogização
E nos convocam a aproximar, cada vez mais,
O conhecimento acadêmico do saber popular....
Tudo isso, pelo diálogo,
Pela relação "eu-tu",
Pelos encontros que nos convidam a olharmos para o "nós",
E a problematizar as contradições sociais e políticas.
E o diálogo? É um convite
A estarmos "entre" pessoas,

² Texto produzido no dia 17 de abril de 2021, por ocasião do encontro virtual realizado pelo Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos – CEPF UFU. A mesma toma como base as proposições feitas por Paulo Freire nos capítulos 3 e 4 do livro Pedagogia do oprimido.

³ Mestre em Educação (FFP-ERJ), doutorando em Educação (PUC Rio), Educador Popular com ênfase em pré-vestibular popular e Assessor Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Atualmente participa do Grupo de Estudo Formação de Professores, Currículo e Cotidiano (GEFOCC – PUC Rio), do Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos (CEPF – UFU) e do Café Paulo Freire Goiás. Contato: carlosoliveira.prof@gmail.com



Inacabadas e Aprendentes.

A um quefazer coletivo que fala de vida e de mundo....

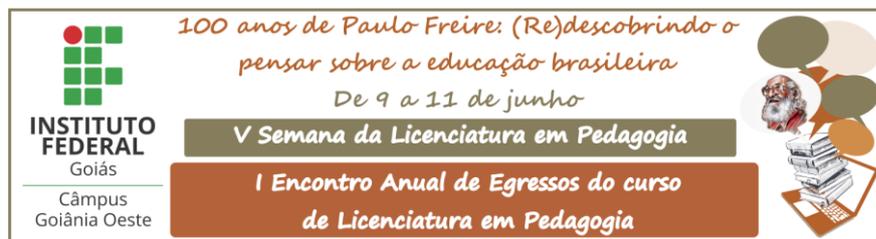
Num entrelaçamento entre visões de mundo

Que alimenta o sonho e o desejo de um mundo outro...

Assim, por entre encontros e diálogos, implicados de amor e compromisso com gentes...

Criamos, (re)criamos, nos reinventamos...

E, coletivamente, produzimos e fazemos circular conhecimentos.



MEMÓRIA DE MILITANA⁴

Ana Beatriz Machado de Freitas⁵

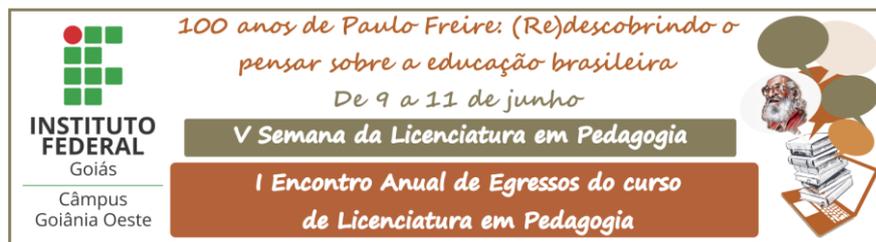
Memória de Militana. Memória, no singular. Porque é um tributo ao memorizar, ao valor da memória. De pessoas, de culturas, de povos... expressões de gerações passadas. Hoje muito se fala em ancestralidade, no valor de buscar essas fontes. E dona Militana é um desses portais.

Militana Salustino do Nascimento nasceu em São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte, em 1925, e morreu na mesma cidade em 2010. Viveu 85 anos. Sertaneja, negra, mãe, trabalhadora da enxada e da artesanaria de cestos. Não frequentou escola, mas memorizou muitos conteúdos, que embalaram seu trabalho árduo e constituíram sua identidade. Nas últimas décadas de vida sua arte e saberes foram reconhecidos para além de sua comunidade, graças ao folclorista Deífilo Gurgel, também octogenário, cientista social folclorista. Como pesquisador, um herdeiro de Câmara Cascudo. Gurgel pesquisou o romanceiro, um gênero de expressão literário-musical, desenvolvido e disseminado por meio da tradição oral, oriundo dos povos da Península Ibérica ou que a ela chegaram e lá fundiram com outros ritmos, linguagens, contextos e pretextos. Lusitanos, castelhanos, flamencos, celtas, mouros. Certas canções datam de mais de meio século, 500, 600, até 700 anos atrás.

O romanceiro expressa a miscigenação. Expressa-se por curtas cantigas que contam uma história. Lembra os trovadores que cantam conflitos, angústias, esperas, piratas, prantos saudades. O estilo e as canções chegaram ao Brasil pela colonização e aqui ganhou feições, pois diz o ditado: "Quem conta um conto, aumenta um ponto". Romanceiros com novas histórias e personagens foram gestados na miscigenação nacional, como canções cujos protagonistas são negros reportam a um Brasil escravocrata. O pai de Dona Militana, Atanásio Salustino do

⁴Texto elaborado para a V Semana de Licenciatura de Pedagogia do Câmpus Goiânia Oeste do IFG - 2021 – e apresentado na sexta-feira, 11/06/2021, 17h – online.

⁵Doutora em Educação e Mestre em Psicologia pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás e especialista em Psicopedagogia. Professora do curso de Pedagogia no Câmpus Goiânia Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG.

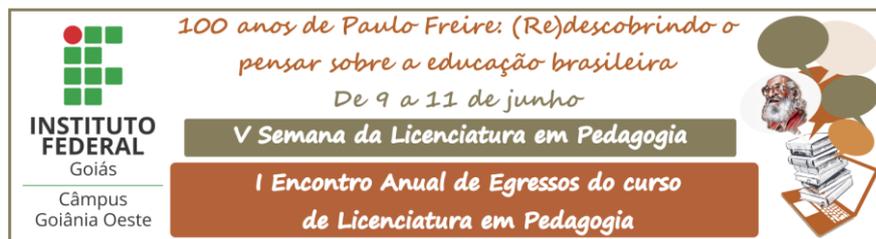


Nascimento, também de São Gonçalo do Amarante era um mestre folclórico que cantava essas canções. A filha aprendeu com ele, não para ser artista, cantora. Como disse, as canções embalavam a aridez de um trabalho árduo da confecção de cestos e do plantio, quando a terra seca permitia. Trabalho árduo não só da lida em si, mas também rude nas relações humanas, nada romântico, avesso ao que o nome romanceiro possa sugerir.

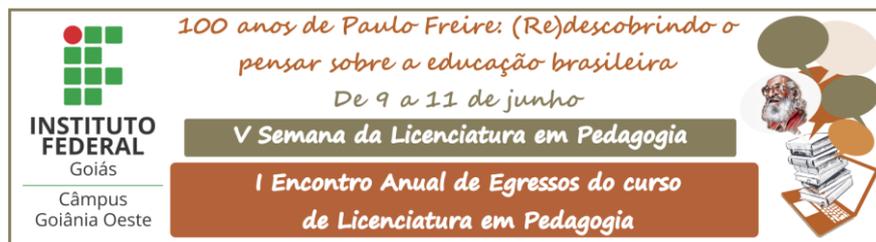
Trouxe dona Militana para homenagear uma mulher que representa tantas outras da cultura popular, pessoas que trazem mundos ancestrais de um enredado de culturas diferentes. Ao mesmo tempo, trazem seus próprios mundos, nas versões mais recentes, nas digressões e invenções. haja vista que dona Militana também criou canções. Em 2005 foi condecorada pelo presidente da República com a Ordem do Mérito Cultural, o que não significou saída da precariedade de sua condição social, de moradia e de acesso à saúde.

Significou, por outro lado, um olhar para um tipo de saber que ainda é pouco valorizado e cultivado, mesmo nas comunidades tradições orais estão em risco de extinção. Provavelmente conhecemos Militanas, senhores e senhoras de nossos bairros, cidades, comunidades, de nossas famílias, avós, bisavós. Provavelmente não são romanceiros, ou talvez sim, mas certamente são portadores de muitos, muitos saberes, os quais nem nomeamos porque sabemos os nomes! Nós, novas gerações, nem sempre nos abrimos à escuta, ou até escutamos, porém ignoramos a dimensão do valor de determinados saberes, a ponto da dedicação ou motivação em memorizá-los, registrá-los, transmiti-los, recriá-los, torná-los objeto de uma pedagogia. Parafraseando o nome da nossa homenageada, não militamos por nossa memória ancestral. Eis algo sobre o qual a educação social, pensando aqui no nosso curso de Pedagogia que se propõe a formar o educador social, pode e deve se debruçar. E ao falar de EJA, dentro de um evento que homenageia Paulo Freire, mais ainda. As escolas precisam ensinar e também aprender, a partir dos saberes dos estudantes, talvez ainda com maior ênfase quando os estudantes são adultos porque são, como dito no início, portais, guardiões de memórias que são nossa história.

Recomendo o documentário Dona Militana: a romanceira do Brasil, e o CD Cantares, dessa senhora, ambos disponíveis no Youtube.



Cumprimentos pelo evento com o desejo de que este momento seja inspirador e fortalecedor para “ensinaprenderes” que valorizem a vida, a memória e a história em todas as faixas etárias.



LER E ESCREVER NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII: O ESTUDO DE CARTAS

Alan Ricardo Duarte Pereira⁶

Resumo: A história de Goiás no século XVIII não foi marcada apenas pela conquista de terras e a exploração do ouro. Houve, no processo de conquista, intensa movimentação de correspondências, cartas, ofícios, mapas e documentos referentes ao território da capitania. Com efeito, o contato entre portugueses, indígenas, mineradores, escravizados e negociantes produziu uma vasta documentação escrita mostrando, aqui ou ali, práticas de leitura e escrita. Para tanto, busca-se analisar a produção de cartas na Capitania de Goiás no século XVIII como resultado das práticas de leitura e escrita pelos sujeitos que habitavam a região e utilizavam, por sua vez, como meio de comunicação entre a Coroa portuguesa e as regiões ultramarinas.

Palavras-chave: Leitura e escrita. Capitania de Goiás. Cartas.

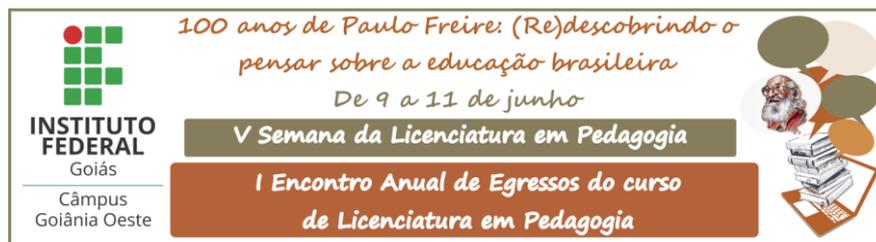
Introdução

A escrita de cartas no Império português foi essencial como meio de comunicação entre Portugal e suas possessões ultramarinas. Em geral, tornaram-se fonte das informações acerca das regiões conquistadas, do ouro arrecadado, das “nações” aldeadas, denunciaram os conflitos entre os representantes régios e as populações locais e expressaram, sobretudo, estratégias de mando e poder.

A “Capitania de Goiás” recebeu tal nome em 1749. Antes desse período, o território estava anexado à Capitania de São Vicente. A descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e, por fim, em Goiás, impulsionou a Coroa portuguesa no envio de governadores e funcionários régios para a região oeste da América portuguesa. Em face disso, era preciso instalar vilas, arraiais e julgados com o objetivo de conquistar o território.

Para tanto, é nesse contexto que encontramos as cartas. Quer dizer, o meio utilizado para fornecer essas informações ao rei português foi, por conseguinte, a escrita de cartas. O uso do papel, da tinta e da pena constituía, naquele contexto, numa peça fundamental no jogo de governança no Império português. Traduzia,

⁶Graduado em Pedagogia e História. Doutor em História pela UFG. Professor substituto do IFG/Campus Anápolis. E-mail: alanricardoduarte@gmail.com.



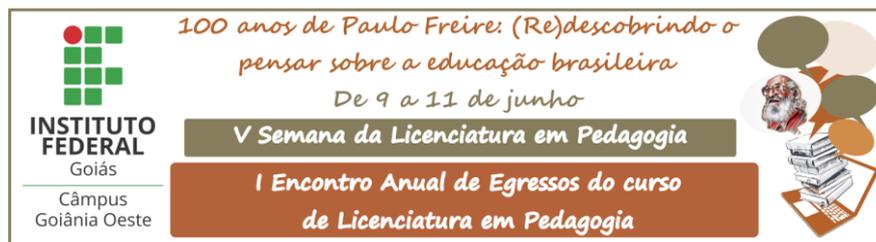
mais profundamente, a presença da leitura e da escrita numa sociedade de assentada em privilégios e no desejo de conquista.

Fundamentação teórica

A historiografia sobre a América portuguesa e o chamado “Brasil Colonial” tem chamado atenção para algo: o Império português era, sobretudo, um “Império do papel”. António Manuel Hespanha (1994), por exemplo, já defendia essa característica do Império português na obra *As vésperas do Leviathan*. Na visão desse historiador, não há como estudar o Império português sem analisar os monstruosos volumes de cartas e correspondências que circulavam nas distintas paragens do império. A carta era, naquele período, a principal forma de comunicação entre Portugal e suas conquistas. Portanto se havia um Império português no período moderno existia, semelhantemente, um Império de Papel.

Além disso, outros (a)s historiadores (as) têm dedicado a estudar as correspondências produzidas no contexto do Império português, como, por exemplo, os trabalhos de Ângela Domingues (1991; 2000; 2001) acerca das “redes de informações” no Império português. O meio de comunicação entre o monarca e os espaços de conquista era realizado por intermédio de cartas e toda uma vasta rede de correspondências. Tais correspondências e missivas que diminuíram as distâncias oceânicas. É certo que nem todos sabiam escrever ou ler. No entanto, isso não se constituía um problema.

Aqui não trabalhamos as cartas no sentido da sua materialidade, circulação e conservação. Pelo contrário, importa estudar o sentido social e histórico das cartas, isto é, compreender de leitura e escrita, as práticas governativas no decurso do século XVIII. Pode-se definir carta em dois aspectos: cartas como informação e como representação. No primeiro, as cartas correspondiam uma necessidade de comunicação entre o rei e os espaços ultramarinos. Era preciso relatar o que acontecia no governo. Disso originou-se as cartas de ofício, isto é, cartas escritas com o objetivo específico de remeter mapas da população local, explicar as condições econômicas da capitania, solicitar provisão de cargos, denunciar ministros (PEREIRA, 2020, p.44).



Por sua vez, as cartas compreendiam o canal pela qual os vassallos do ultramar, especialmente os moradores locais, representavam ao monarca. Carta era a culminância ou o reflexo de um direito: o direito de petição. Autores como Hespanha (1998) e Cardim (2005; 1998) chamam a atenção para o fato que, numa sociedade de Antigo Regime, fazia parte da cultura política representar ao rei. Além disso, do ponto de vista metodológico, utilizamos do referencial da “micro-história italiana” para o estudo das cartas, cuja principal característica se baseia na noção de redução de escala, ou seja, compreender a partir do “micro” ou de pequenos casos as transformações no tempo e espaço (VAINFAS, 2002).

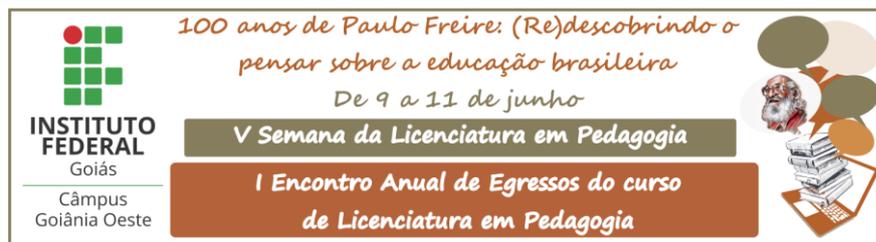
Resultados e Discussão

De maneira geral, pode-se aventar a divisão em dois momentos nas cartas produzidas na Capitania de Goiás. Tal divisão corresponde ao conteúdo que expressavam. Tratava-se, sobretudo, de cartas denunciando aos governadores da capitania. Desse modo, para o período de 1749 até 1778 as cartas incidiram num aspecto: “atos ilícitos”. Chamamos de atos ilícitos as cartas pelas quais os vassallos da capitania denunciavam práticas dos governadores ligadas ao roubo, desvio de dinheiro, corrupção na Casa de Fundição ou na Fazenda Real.

O segundo momento caracterizou-se pelas cartas enfatizando “questões jurisdicionais”. Cabe explicar que aqui usamos o termo jurisdição ligado aos cargos e ofícios ocupados pelos vassallos no ultramar. Cada um dos ofícios régios tinha sua função delimitada por alvarás e leis e que, portanto, continham uma jurisdição própria. Por conseguinte, quando falamos de “questões jurisdicionais” estamos tratando, especialmente, de atos dos governadores no extrapolação de sua jurisdição. Além disso, as questões jurisdicionais envolviam perseguição, prisão, deposição de cargos, atos despóticos, desentendimentos, entre outras coisas.

Considerações finais

O estudo das cartas na Capitania de Goiás no século XVIII mostra, em primeiro lugar, que escrever não foi um ato simples. Revestiu-se de complexidade. Naquele tipo de sociedade não bastava codificar ou decodificar caracteres para que, no final, escrevesse uma carta. Em outras palavras, escrever foi um ato perpassado



por algo a mais. Pressupunha contar com uma rede clientelar, com troca de favores e, portanto, a consolidação de alianças.

A Capitania de Goiás não era movimentada apenas pela conquista de terras e a extração do ouro. Havia outros elementos importantes na dinâmica daquela sociedade. Tal mundo foi movimento por algo: a escrita de cartas. Estudar uma sociedade do século XVIII é estudar uma sociedade que, em sua base, ainda não se tinha vulgarizado a escrita. Nem todos sabiam ler ou escrever. Isso não se constituiu como obstáculos para os indivíduos dos Setecentos. Quer dizer, mostrar que o “saber pelo ver” ou o “saber pelo ouvir” integraram, em maior ou menor grau, as queixas. Muitas queixas nasceram de um murmúrio nas praças, registros e contagens, igrejas e estradas. Eram nesses lugares que se divulga o que se tinha lido ou ouvido do intendente, do juiz ordinário e dos camaristas. Por sua vez, nesses lugares, o oficialato régio e os “queixozos” alimentavam suas cartas com “factos”. Em resumo, o Império português foi também um Império de papel.

Referências

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org). **Modos de governar: ideia e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p.45-68.

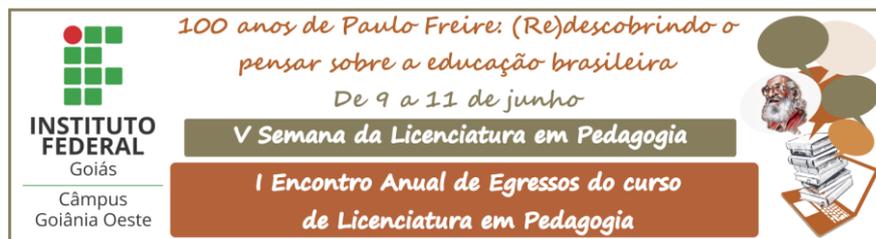
_____. O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: a Coroa e a representação do Reino. As cortes. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1998, p.145-15.

DOMINGUES, Ângela. **Monarcas, Ministros e Cientistas**. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial. Lisboa: CHAM, 2012.

_____. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **Hist. cienc. saúde** [online]. 2001, vol.8.

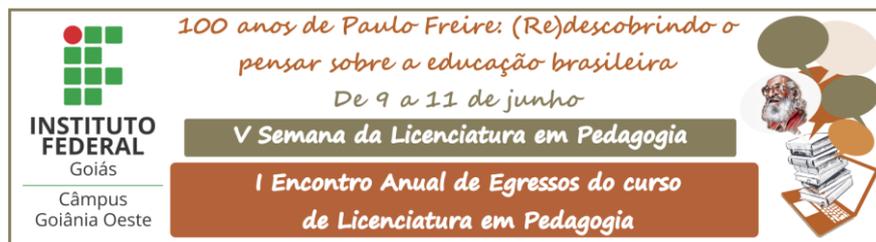
_____. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

HESPANHA, António M. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.



PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **O Império de papel:** no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da Capitania de Goiás c. 1749 – c.1804. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história:** Os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.



O RETORNO DE PAULO FREIRE AO BRASIL APÓS A LEI DA ANISTIA: UMA LEITURA A PARTIR DE FONTES HISTÓRICAS

Moisés de Oliveira Melo ⁷
Dayanna Pereira dos Santos ⁸
Suzana Lopes de Albuquerque ⁹

Resumo: Esse artigo visa trazer a visibilidade às notícias veiculadas sobre o retorno de Paulo Freire ao Brasil em diferentes fontes históricas como no periódico Planalto, armazenado no Museu Histórico da Cidade de Anápolis, Ciência e Cultura e no Jornal da República, localizado em arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, com a Lei de Anistia de 1978, após seu exílio. A partir de uma análise destas fontes sob um prisma teórico pode-se compreender a relevância e atualidade de seu pensamento, a partir de autores como Walter Kohan (2019), em sua obra *Paulo Freire Mais do que Nunca: uma biografia filosófica*.

Palavras-chave: Atualidade, retorno, educação.

Introdução

Este breve artigo tem origem nas reflexões obtidas dentro do Grupo de Estudos e Pesquisa Panecástica, cadastrado no Instituto Federal de Goiás, a partir da leitura e discussão da obra *Paulo Freire mais do nunca: Uma biografia filosófica* de Walter Kohan, publicado originalmente em 2019. Nesse sentido, a análise para além de ressaltar o legado de Paulo Freire, visa compreender a importância do retorno do autor ao país em decorrência da Lei da Anistia de 1978 a partir do uso de fontes documentais, isto é, textos de jornalísticos que foram encontrados no Museu Histórico da Cidade de Anápolis e na Hemeroteca Digital Brasileira. Nesse processo, é ressaltado o contexto social e econômico no qual acontece o retorno de Freire ao

⁷Licenciado em História e Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás; e-mail: moisescsurf@hotmail.com.

⁸Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atua como membro do Colegiado Docente do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFG; e-mail: suzana.albuquerque@ifg.edu.br.

⁹Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, professora da área de Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no Câmpus Goiânia Oeste; e-mail: dayanna.santos@ifg.edu.br.



Brasil e também o modo como se apresentam as notícias sobre seu retorno em textos jornalísticos.

Paulo Freire: fontes históricas e atualidade de seu pensamento

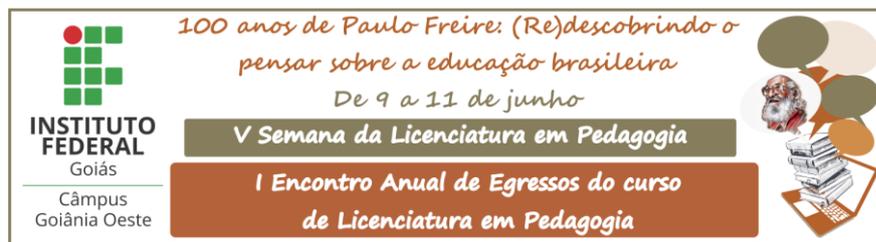
A análise das obras permitiu observar que Freire, ao longo da vida, procurou, nas diversas correntes de pensamento, maneiras de entender as adversidades presentes em seu tempo, sejam elas econômicas, sociais ou políticas, buscando compreender essas tradições a partir de seus feitos práticos e não somente como uma teoria sem aplicação real. Dessa forma, a importância e atualidade do pensamento de Paulo Freire estão relacionadas a sua dedicação em vida à escola e à educação.

Quanto à relevância do retorno de Freire ao país, a análise permitiu identificar as inter-relações, a conjuntura social e o resultado do discurso perpetuado pelos mecanismos de comunicação oficiais na palavra escrita, ressaltando a notoriedade do uso de fontes históricas para entender esse contexto social e econômico da História Brasileira e a importância do retorno de Paulo Freire ao país, a abordagem, a escrita, o uso ou não de título e imagens em cada jornal ao relatar o retorno do autor, buscando entender os caminhos por trás da escrita em cada notícia.

Ao adentrar nestes jornais que noticiaram o retorno de Paulo Freire ao Brasil, sem deixar de entender os interesses e as subjetividades por trás da escrita, foi possível compreender também o espaço reservado à notícia em cada período, sendo que no jornal Correio do Planalto da cidade de Anápolis o destaque do retorno do autor ao país foi maior, com uso de uma foto de Paulo Freire e título chamativo, quanto aos outros dois periódicos, de alcance público mais abrangente, ao retorno do autor é relegado apenas um parágrafo, sem nenhum destaque explícito, imagem ou título chamativo ao leitor.

Considerações finais

Quanto à relevância do pensamento do autor, é notório o legado de Paulo Freire, tanto em relação ao papel da escola, do professor, do educando, bem como sua dedicação em vida à educação, vista como uma educação política e filosófica, a mudança pedagógica, sua crítica à educação bancária que permanece presente em



nossas instituições escolares, seu compromisso com a gestão democrática, da compreensão da alfabetização como um meio para a formação da cidadania do educando, bem como, propriamente do método Paulo Freire de Alfabetização.

Referências

CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo, 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=Paulo%20Freire%20de%20Volta&pagfis=28138>. Acesso em: 4 maio 2021.

CORREIO DO PLANALTO, Anápolis, ano VI, n. 445, 1979.

JORNAL DA REPÚBLICA. São Paulo, 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pasta=ano%20197&pesq=Paulo%20Freire%20de%20Volta&pagfis=30>. Acesso em: 4 maio 2021.

REIS, J. Os cientistas são humanos. Ciência e Cultura, São Paulo, 1979. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=Paulo Freire de volta&pagfis=25904](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=Paulo%20Freire%20de%20Volta&pagfis=25904). Acesso em: 27 abr. 2021.

GADOTTI, M.; ABRÃO, P.. Paulo Freire: anistiado político brasileiro. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

HADDAD, Sérgio. O educador: um perfil de Paulo Freire. Todavia, 2019.

DE LUCA, T. R.. Fontes impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. Fontes Históricas. Org.3. ed. 1º Reimpressão. São Paulo: contexto, 2014. p.111-155.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. Ed. Contexto, 2014.

KOHAN, W. Paulo Freire, mais do que nunca: uma biografia filosófica. 1.ed. - Belo Horizonte: Vestígio, 2019.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Meirielly Ribeiro¹⁰

Iniciamos em 2020 no dia 7 de outubro o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) junto com os RP (Residência Pedagógica) para entendermos a importância da formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores, para a melhoria do ensino público, com foco na educação básica, e para socializarmos as experiências vividas e sobre tudo que envolve alfabetização e letramento. Devido a pandemia da Covid - 19, o nosso ensino foi a distância pelo Ensino Remoto Emergencial pela plataforma moodle do IFG - Goiânia Oeste, com o subprojeto Alfabetização e letramento.

Começamos a observação às quartas-feiras, das 17:30 até às 18:00 horas, por aulas online pelo Google Meet com as coordenadoras: Prof^a Késia Mendes Barbosa Oliveira do Residência Pedagógica, Prof^a. Aleir Ferraz Tenório e a Prof^a. Suzana Lopes de Albuquerque coordenadoras do PIBID, com as supervisoras e preceptoras dos programas federal, dialogamos sobre as práticas de alfabetização e letramento nas instituições: Rede Municipal de Aparecida de Goiânia e Escola Municipal de Educação Integral Professora Vinovita Guimarães da Silva, localizada em Aparecida de Goiânia, que atende, na maioria, alunos de classe baixa.

Na escola campo Escola Municipal de Educação Integral Professora Vinovita Guimarães da Silva, fomos divididos entre as supervisoras, formamos um grupo de *WhatsApp* com 8 participantes, ficamos sob a supervisão da professora Lilian Caetano Pereira que é a Pedagoga em Tempo Integral, no ano de 2020 na turma do 1º ano A e em 2021, turma do 4º ano B. A Prof^a Lilian Caetano relatou que se reinventou rapidamente para conseguir atender seus alunos com o ensino a

¹⁰Graduanda no 3º período do curso de Licenciatura em Pedagogia, no Instituto Federal de Goiás, campus Goiânia Oeste e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/ Pedagógica (PIBID).



distância, os meios de comunicação utilizados desde 2020 são: Plataforma Google Classroom e o WhatsApp, nos relatou que as atividades são postadas diariamente na plataforma e o grupo funciona como suporte para atendimento de dúvidas, o apoio e participação da família das crianças é de extrema importância, tendo em vista que estão no processo de práticas de alfabetização e letramento, no caso do 1º ano estavam aprendendo a codificar e decodificar a tecnologia da língua portuguesa para realizarem tarefas.

Na teoria aprendi:

Que Alfabetizar e Letrar são práticas indissociáveis, porém diferentes. E que é um erro trabalhar a alfabetização separada do letramento. (SOARES, 2005 p.54).

Os métodos de alfabetização são sintéticos ou analíticos. Sendo que o sintético parte do menor para o maior: Relação letra-som. O analítico parte do maior para o menor. (CARVALHO, 2005, p 21,33), (BOTO, 2018, ALBUQUERQUE, 2018, p. 19). O (sintético) fônico pode ser útil com alguns educandos, mas devido a diferença epistemológica da língua portuguesa pode ocorrer muitas confusões, e o professor(a) não pode estar fechado(a) à um método.

Prática de Letramento

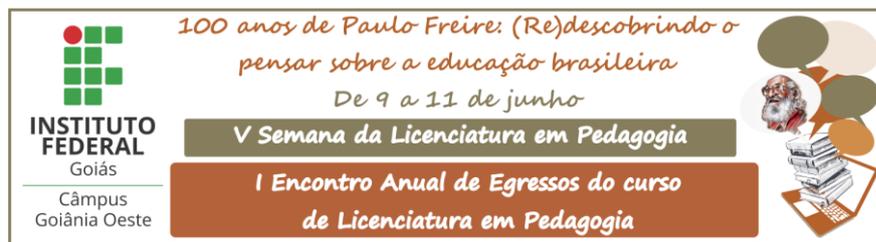
Após participar da Mesa Redonda Letramento: Letramentos múltiplos no Ensino - Aprendizagem de Língua e Literatura em Língua Portuguesa do IV SIMPEX/SECITEC no dia 4 de Fevereiro às 9hs cheguei a seguinte definição que o resultado da ação de ensinar e aprender acontece com as pessoas quando é inserida no meio social de sua cultura ainda bebê, como a família da cidade, as tribos indígenas, da zona rural e em qualquer outro tipo de cultura acontece o letramento, onde a experiência o faz naturalmente, acontecendo antes da criança aprender a escrever o código da língua portuguesa, e todo esse letramento que a criança adquire no ambiente familiar, ou em eventos informais ou formais que envolvem práticas de letramento como supermercados, igrejas, placas de trânsito, outdoor, filmes e outros, que é importante para o ensino sistemático formal da escrita na escola, para a codificação e a decodificação das palavras, fazendo o aproveitamento natural vivenciado pelo sujeito na cultura da língua portuguesa, e na



escola o professor conhecendo seus alunos provoca a reflexão do mundo social que o aluno vivencia, para a compreensão do mesmo de como o código português é usado. Foi dito pela Dr^a e Professora Alenir Ferraz que o professor precisa trabalhar a partir da zona proximal do aluno, partindo do que as crianças sabem, para ensinar o que elas não sabem mostrando assim a necessidade do porquê de aprender a escrever e decodificar as palavras, pois lemos para compreender o que acontece à nossa volta, na nossa Cidade, Estado, País e no estrangeiro, já que a escrita é global, e para ser sujeitos participativos em sociedade, e na política dela, é preciso aprender a codificar e decodificar tendo compreensão crítica, podendo evoluir o antigo, em favor do bem da sociedade brasileira.

E saber a diferença entre alfabetizar e letrar é o primeiro passo para a formação de pedagogos. Vimos nos encontros síncronos e assíncronos que alfabetizar é o processo do ensino tecnológico da língua Portuguesa, onde os alunos aprendem a codificar e decodificar usando a linguagem escrita, utilizando o som das vogais mais consoantes formando as sílabas e palavras, frases ou textos. Já o letramento é a experiência da ação, que é o estímulo dos cinco sentidos, paladar, olfato, tato, visão, audição, que estão ligados aos sistemas nervosos que enviam informações para o nosso cérebro para que assimilamos uma música, vemos uma imagem, o gosto de uma fruta, identificar as cores, sentir cheiros, sentir medo ou alegria, e dessa experiência forma o que entendemos, e fazemos comparações das memórias no mundo onde vivemos. É importante ensinar a tecnologia da língua para que possamos continuar nos letrando, para não sermos limitados de saberes e nem discriminados, e o livro a internet e outros meios de comunicação que são os multiletramentos que evoluem com o passar dos anos que utiliza a tecnologia da língua portuguesa nos proporciona isso, e somos enriquecidos com saberes diferentes quando continuamos nos letrando.

Em uma live exibida pelo Youtube pela Curadoria Hist cujo tema era "Educação em liberdade" - A construção do sujeito leitor, que trouxe como convidada principal a Professora Suzana Lopes de Albuquerque docente do Instituto Federal de Goiás - Ciência e Tecnologia - Goiânia Oeste e do Grupo de Pesquisas Panecástica, entre outros títulos importantes, que buscou responder como construiu sua tese, e que foi através de fontes jornalistas e acervos que trabalhavam a instrução pública



na província de alagoas imperial, e concepções de instrução. Encontrou um arquivo público manuscrito com data 1.855 de Francisco José Soares que apresentava um relatório para ir e aprender o “método Castilho”, porém diz no relato que o curso tinha sido cancelado. E a partir daí começou a busca para saber quem era Castilho? E porque o curso foi interrompido? E foi assim que construiu sua tese.

É fato que o ano apresentado na tese de (BOTO, ALBUQUERQUE, 2018, p. 19) pelos acervos históricos, mostra quando o método fônico chega ao Brasil com o objetivo de acabar com a escola velha, que usava métodos tradicionais, que causava desconforto no aprendizado do aluno, que poderia ser um dos motivos do analfabetismo, e que isso era uma preocupação do poeta e escritor.

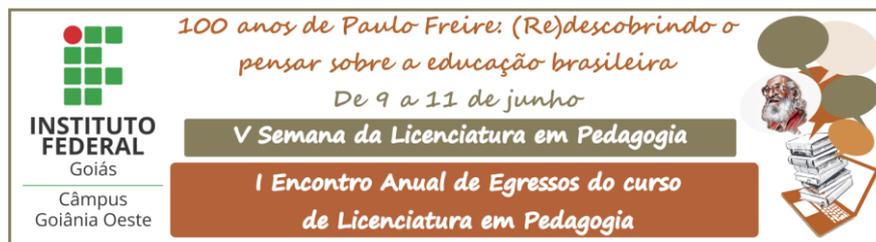
E ao longo do trabalho fala do método que pretendia um ensino rápido, mas valorizava o gosto da infância no desenvolvimento de atividades caracterizadas pela ludicidade, canto, palmas, as marchas, defendia que assim o interesse da criança de ir para a escola e permanecer nela seria maior (BOTO, ALBUQUERQUE, 2018, p. 25).

Voltando para a atualidade, depois de cento e sessenta e seis anos, na (BRASIL, MEC, SEALF, 2019, p. 32) Política Nacional de Alfabetização, traz como novo e baseado em evidências científicas o método fônico, como solução para acabar com o analfabetismo.

O programa Tempo de Aprender (ABC), é um curso baseado em evidências científicas para a formação continuada para professores alfabetizadores e interessados na alfabetização, seu coordenador geral é Carlos Francisco Nadalim que é o Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação, o curso tem o seguinte objetivo:

O objetivo dos programas de intervenção é preparar os professores para garantir que as crianças trilhem um percurso de sucesso na aprendizagem da leitura, evitando-se dificuldades de aprendizagem logo no início da trajetória escolar. E tudo isso de forma lúdica, por meio da promoção de competências centrais, como a consciência fonológica, o princípio alfabético e a decodificação. Por fim, o Teste de Rastreamento de Leitura, cuja administração é simples e rápida, permite avaliar o nível de leitura de cada criança do 2.º ano do ensino fundamental. (NADALIM, 2021, p.3)

Vimos anteriormente, em 1855 que foi trazido ao Brasil o método fônico. Ele foi, e é ainda conhecido há mais de cem anos, quando lemos o artigo - Entre idas e vindas do método Castilho no Brasil do século XIX (BOTO, ALBUQUERQUE, 2018)

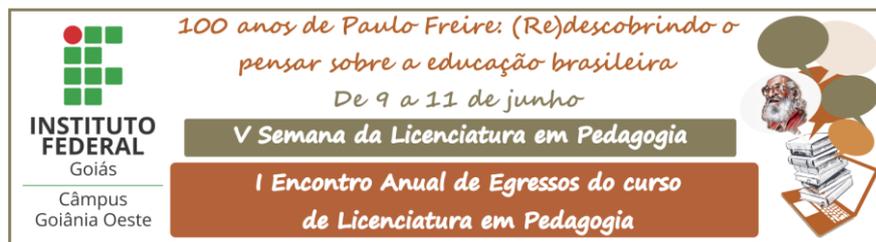


pelo qual retrata a presença do método no Brasil, e também no livro de (CARVALHO, 2005, p.13,14), ela traz duas citações com dois autores que aprenderam a ler com ele, o primeiro é Graciliano Ramos, em 1953 escreveu um livro “Infância, as recordações amargas”, trazendo o método fônico, a outra autora foi a psicanalista Françoise Dolto 1990, que também traz sua experiência de como foi ser alfabetizada pelo tradicional modelo de ensino, conhecido também como “(ficha de leitura ou Cartilha)” que usava termos que desconhece o contexto social da criança, e ela não entendia o que estava soletrando. Com isso, o método fônico não é atual, e nem a solução de resolver o analfabetismo.

Na prática aprendi

A importância da organização do planejamento pedagógico, que é um recorte da BNCC, PPP Diretrizes Plano anual, e o planejamento diário que norteiam as práticas pedagógicas para um melhor aproveitamento dos objetivos de conhecimento, competências específicas, habilidades, e do recurso didático. O planejamento é construído quinzenalmente. E o plano semanal, é disponibilizado na plataforma Google *Classroom* toda semana para os alunos(as) acompanhar.

Conforme apresentado ao longo do relato de experiência cheguei aos seguintes resultados em que alfabetizar não se resume a um método, e que é necessário um preparo cuidadoso na formação dos discentes da Licenciatura em Pedagogia que pretende atuar dentro de sala de aula como alfabetizador em escola pública, pois é necessário aprender a ensinar seguindo as dez competências gerais da BNCC, mas respeitando a especificidade de cada criança, entendendo o contexto social, porém sempre acreditando no potencial de cada uma, e tendo a criatividade com os recursos didáticos para que todos sejam participativos e incluídos no processo de ensino e aprendizagem que apresentam tantos desafios econômicos sociais. E é muito importante, e necessária a formação continuada oferecida pelo Governo Federal. Todavia devem respeitar as especificidades das crianças, e os alfabetizadores em atuação, pois eles carregam um vasto conhecimento prático e teórico sobre alfabetização e letramento do ambiente de ensino. É necessário valorizar os pesquisadores como Marlene Carvalho, Magda Soares, Emília Ferreiro, Paulo Freire, Suzana Lopes Albuquerque que fazem pesquisas de suma importância



para a melhoria do ensino básico na rede pública. E que liberem vagas suficientes para todos licenciandos em Pedagogia que se candidatam nos programas RP/PIBID para uma experiência real no chão da escola, pois esses programas de iniciação à docência formam alfabetizadores qualificados para atuarem em sala de aula das escolas municipais, estaduais e em CMEs.

É muito importante os programas de iniciação à docência como PIBID (Programa de Bolsas de Iniciação a Docência) e RP (Residência Pedagogia), porque traz a experiência da profissão do Pedagogo para os discentes da Licenciatura em Pedagogia, ampliando o conhecimento educacional nos processos que englobam a alfabetização e letramento no ambiente escolar, podendo assim chegar ao final da licenciatura mais preparado para atuar com mais destreza em uma instituição de escola pública do ensino básico sabendo diferenciar os métodos analíticos e sintéticos podendo assim, usar no momento certo sem ficar preso, mas visando contribuir para o aprendizado integral do aluno com uma proposta sociointeracionista.

Referências

BOTO, C.. ALBUQUERQUE, S. L. Entre idas e Vindas do método Castilho no Brasil do século XIX (2018) p.19

CARVALHO, M. - Alfabetizar e letrar: um diálogo sobre a teoria e prática. (2005, p. 13,14, 21,33).

COMENIUS, J. A.. Didática Magna Tratado da Arte Universal Tudo a Todos. (1592-1670, P.364).

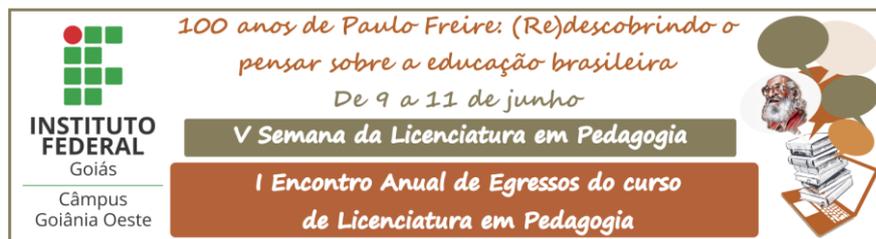
Educação em Liberdade - A Construção do Sujeito-Leitor, com Suzana Albuquerque - <https://www.youtube.com/watch?v=2j3qbC540Yg>.

FREIRE, Paulo. A Importância do ato de ler. (1982, p. 21,22).

NADALIM, C. F. de P. - Alfabetização baseada na Ciência - (2021, p. 3)BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, (2019b, p. 34).

MELO, G. M., RENOVATO, W., SILVA, S. S.,SOUZA, M. A. M. de, SANTIAGO, M. M. de H L., JOSIMEIRE, N. de O. - Projeto Político Pedagógico. (2020, p, 7 à 14).

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. (1990, P. 17).



SANTOS, Silva Caroline dos Santos - Análise de Métodos de Alfabetização em séries iniciais - (2016, p. 11 à 14).

SILVA, Aline Araújo Caixeta da - A Alfabetização na rede Municipal de Ensino de Aparecida de Goiânia. (2020, p. 17).

SOARES, Magda Becker, BATISTA, Antônio Augusto Gomes - Alfabetização e Letramento. (2005, p.54)

PONTE, Simone de Fátima Martins - Os cinco Sentidos através do vestuário. (2011, P. 6).

Roda de Conversa #1 – IV SIMPEEX / SECITEC (IFG): O Pibid e a Residência Pedagógica... <https://www.youtube.com/watch?v=wqYeO6JivMk&t=9s> , (2021).



A PERSPECTIVA FREIREANA NOS SUBPROJETOS “ALFABETIZAÇÃO” DO PIBID E RP NO IFG

Suzana Lopes de Albuquerque¹¹

Aleir Ferraz Tenório¹²

Késia Mendes Barbosa Oliveira¹³

Resumo: O presente escrito busca trazer visibilidade às concepções teóricas e metodológicas que estão sendo trabalhadas no subprojeto “Alfabetização” do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID¹⁴) e Residência Pedagógica (RP¹⁵), cadastrados no IFG, e que vem se desenvolvendo em tempos pandêmicos junto aos discentes e às supervisoras, preceptoras e coordenadoras. Para fundamentação teórica recorreu-se ao estudo de autoras como Marlene Carvalho (2005), Magda Soares (2005), Smolka (2003), dentre outras, que engendram o letramento ao processo de alfabetização e pauta-se na contramão de uma centralidade no sujeito ou ainda no ponto de partida do processo de alfabetização (texto, palavra, sílaba, fonema, etc.) esvaído de sua práxis social. Para além destas questões metodológicas, buscou-se a necessidade latente da “leitura do mundo” (FREIRE, 1989, p.12) e do todo relacionável à leitura da palavra.

Palavras-chave: PIBID. Residência pedagógica. IFG. Alfabetização. Paulo Freire.

Introdução

Este escrito visa apresentar os desafios elencados no subprojeto “Alfabetização” dos programas institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP), cadastrados no IFG, e que vem sendo desenvolvido em tempos pandêmicos. Este subprojeto é composto por licenciandos do curso de Pedagogia dos Câmpus Goiânia Oeste e Aparecida de

¹¹Suzana Lopes de Albuquerque é professora do Instituto Federal de Educação (IFG – Câmpus Goiânia Oeste). É líder do Grupo de Estudo Panecástica. Email: suzana.albuquerque@ifg.edu.br

¹²Aleir Ferraz Tenório é professora do Instituto Federal de Educação (IFG – Câmpus Aparecida de Goiânia). Email: aleir.tenorio@ifg.edu.br

¹³Késia Mendes Barbosa Oliveira é professora do Instituto Federal de Educação (IFG – Câmpus Aparecida de Goiânia). Email: kesia.oliveira@ifg.edu.br

¹⁴ O PIBID, implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2007, configura-se como uma política educacional de formação inicial de professores que visa aproximar os ingressantes dos cursos de licenciatura do campo pedagógico, do saber docente e das práticas concernentes à docência.

¹⁵O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciamento na escola de educação básica a partir da segunda metade de seu curso.



Goiânia e está em diálogo com o subprojeto proposto para a RP, que contempla alunos do Câmpus Aparecida de Goiânia.

O objetivo descrito no projeto para estes programas no âmbito do IFG vislumbra uma reflexão sobre os processos que englobam a alfabetização e pautase no trabalho coletivo pautado na dialogicidade e pela concepção de educação para além do processo de escolarização formal, engendrada ao letramento.

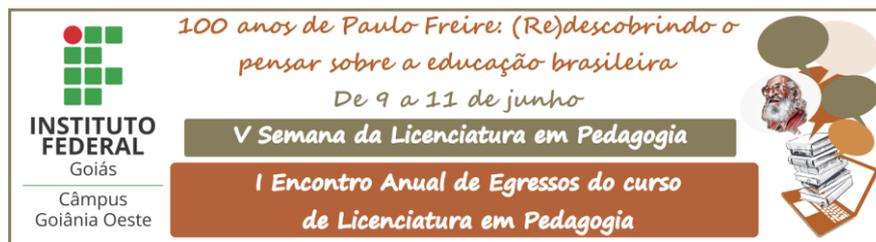
Subprojeto Alfabetização em uma perspectiva discursiva e dialógica

Em um contexto nacional brasileiro de elaboração de uma Política Nacional de Alfabetização (2019) baseada em evidências científicas com a primazia do processo sobre a indicação de um método fônico, por um processo de submissão da inteligência e da capacidade criadora do sujeito à inteligência de um caminho já racionalizado por uma receita metodológica pela via das “lições”, torna-se latente rememorar o desafio filosófico freireano representado em sua máxima “leitura de mundo”.

A partir das premissas da igualdade das inteligências, da capacidade de subjetivação, do princípio ativo dado aos sujeitos no processo de construção dos saberes e na contramão do caminho da explicação e repetição, busca-se, nas palavras de Paulo Freire, o todo relacionável da leitura do mundo precedendo a leitura da palavra, em um processo de tomada de consciência da condição de humanização, trabalho e conscientização, ao pensar no “homem no mundo e com o mundo” e que “como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade” (FREIRE, 1974, p.124).

A metodologia utilizada por nós, coordenadoras dos programas, discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, docentes supervisoras e preceptoras que atuam em diferentes escolas da rede de educação básica, vislumbra um espaço dialógico engendrando as questões políticas, éticas, estéticas, pedagógicas, dentre outras imbuídas ao ato de ler, em uma perspectiva freireana onde “o compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade” (FREIRE, 2013, p.19).

A não restrição do processo de alfabetização e letramento às questões metodológicas e conteudistas prescinde o entendimento de que a prática de



formação de professores necessita estar engajada com uma formação omnilateral e que envolve uma dimensão política na relação com os sistemas, alunos e categorias.

Considerações Finais

O desafio de participar, na condição de coordenadoras de programas institucionais, em tempos de Pandemia, que fecham os portões físicos das escolas e que abrem inúmeras janelas virtuais, potencializa a compreensão de que os saberes, práticas, vivências e lutas que essas nos ensinam urgem mais latentes do que nunca.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, M. Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FREIRE, P.. Educação como prática de liberdade. Editora Paz e Terra Ltda, 1974.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.

_____. Educação e Mudança. Ed. Paz e Terra S.A., São Paulo, 2003.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOHAN, W. O. Paulo Freire mais do que nunca. Uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

SOARES, M.. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2005.

SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.



A BRINCADEIRA LIVRE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thályta Pereira da Silva¹⁶
Daniela Rodrigues de Sousa¹⁷

Resumo: O estudo realizado nas disciplinas Monografia I e II, no curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, trata da importância da brincadeira livre na Educação Infantil, analisada a partir de dados teóricos e documentais. A pesquisa pode ser classificada como qualitativa e bibliográfica. Objetivou-se compreender a importância da brincadeira livre para o desenvolvimento da criança. Para isso, consideramos as concepções de brincadeira presentes em documentos oficiais que regulamentam a Educação Infantil; o papel da brincadeira para o desenvolvimento da criança (LEONTIEV, 2010; VYGOTSKII, 2010) e algumas contribuições da antropologia que tratam do protagonismo infantil, da importância de ouvir a criança, respeitar seu tempo, espaço e a brincadeira espontânea. Conclui-se que a brincadeira livre, embora muitas vezes seja vista como menos valorosa que a brincadeira dirigida na promoção do aprendizado e desenvolvimento, é de fundamental importância, pois atua sobre a zona de desenvolvimento proximal e constitui-se como aprendizagem principal, aquela atividade que proporciona as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança, preparando o caminho da transição para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento (LEONTIEV, 2010), além de permitir o desenvolvimento do protagonismo infantil (FRIEDMAN, 2015).

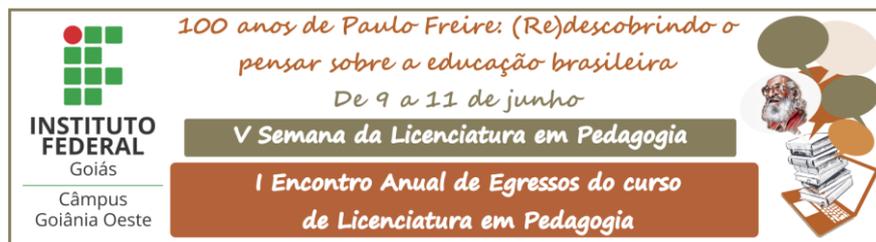
Palavras-chave: Educação Infantil. Brincadeira Livre. Desenvolvimento Infantil.

Introdução

Na Educação Infantil, a brincadeira aparece como expediente importante para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. Nas *Diretrizes Curriculares Nacionais*, as DCNEI (2010), elas se configuram inclusive como um dos eixos da ação pedagógica, juntamente com a interação. Porém, percebemos que a brincadeira dirigida, organizada pelo adulto, com objetivos pedagógicos pré-definidos é, geralmente, mais valorizada do que a brincadeira livre. Além disso, a atual política pública para a Educação Infantil, representada principalmente pela *Base Nacional Comum Curricular*, a BNCC (2018), se sustenta numa visão instrumental de educação, instrumentalizando e fragmentando também a brincadeira. Por esse motivo, decidimos investigar a importância da brincadeira a partir de contribuições da Psicologia (VYGOTSKII, 2010; LEONTIEV, 2010) e da

¹⁶Estudante do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e-mail: thalytasilvaa21@gmail.com.

¹⁷Professora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e-mail: rodriz.dani@gmail.com.



Antropologia (FRIEDMAN, 2015). A pesquisa pode ser classificada como qualitativa e bibliográfica.

A brincadeira nos documentos oficiais que regulamentam a Educação Infantil

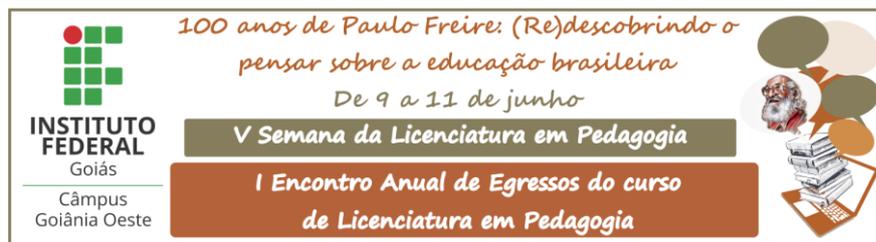
As DCNEI (2010) conferem grande valor às brincadeiras, ao definir o currículo da Educação Infantil como “Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico” (BRASIL, 2010, p. 12), este documento valoriza um currículo produzido pelas crianças, que se baseie em atividades significativas para elas além de ampliar o seu conhecimento. As crianças se apropriam da sua realidade e constroem os conhecimentos por meio das brincadeiras e da exploração da imaginação no seu cotidiano. Segundo o documento *Infâncias e crianças em cena, a brincadeira é* “uma atividade histórica e culturalmente constituída, que possibilita à criança compreender as situações com as quais convive contribuindo na constituição do indivíduo enquanto sujeito de uma determinada realidade” (GOIÂNIA, 2014, p. 52).

Por sua vez, a BNCC, (2018) almeja descrever e “encaixotar” as brincadeiras das crianças por códigos, pulverizando, dividindo e fragmentando o brincar pelos campos de experiências.

Consideramos a definição pela BNCC (2018) de aprendizagens essenciais e campos de experiências como uma forma limitadora e cerceadora da liberdade do brincar, interagir, criar e aprender, pois, confere um caráter normativo para a Educação Infantil, como se todas as crianças se desenvolvessem de forma padronizada ao longo desta etapa da Educação Básica. Seguindo essa lógica de pensamento, a BNCC (2018) inviabiliza a brincadeira livre na Educação Infantil, pois ela atrela a brincadeira a objetivos de aprendizagem e desconsidera aspectos que são próprios e específicos da particularidade das crianças e de seus grupos sociais.

O papel da brincadeira no aprendizado e desenvolvimento da criança

Segundo Vygotskii (2010), para compreender o desenvolvimento da criança é necessário levar em conta as necessidades e os incentivos que são capazes de colocá-las em ação. O desenvolvimento e aprendizagem da criança estão ligados



entre si desde quando ela nasce, antes de ingressar em uma instituição educativa. A Zona de desenvolvimento real determina aquilo que a criança consegue fazer sozinha. A Zona de desenvolvimento proximal determina aquilo que ela consegue fazer com auxílio (a partir de modelos ou por meio de imitação) e diz muito mais sobre sua capacidade de compreensão e aprendizado e, portanto, de seu desenvolvimento. Assim, podemos compreender o papel do outro, do contexto e o futuro do aprendizado e desenvolvimento da criança.

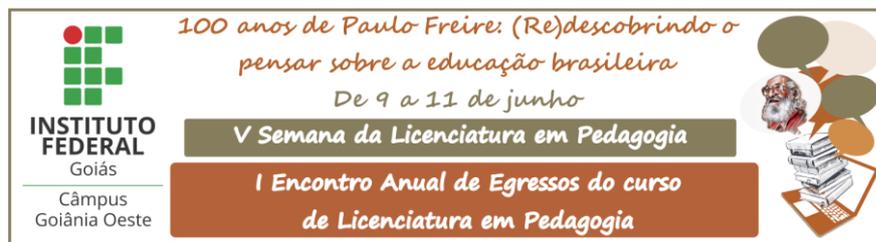
A aprendizagem ocorre com a interação entre sujeitos mais experientes e menos experientes. O mais experiente serve como modelo ou guia e, portanto, age na zona de desenvolvimento proximal do menos experiente. O que a criança faz hoje com a ajuda do outro pode-se ser feito por si só futuramente.

As brincadeiras das crianças são atividades humanas objetivas construídas socialmente, não são automáticas, naturais ou instintivas, e se constituem a partir da percepção que elas têm sobre o mundo dos objetos humanos, isso define os conteúdos de suas brincadeiras (LEONTIEV, 2010). A brincadeira, ao mesmo tempo em que atende aquelas necessidades da criança que não podem ser atendidas no momento, permite que ela crie uma situação imaginária. Assim, elas aprendem a dominar o próprio comportamento e subordinar suas ações às suas intencionalidades, ditando o rumo do próprio desenvolvimento (VYGOTSKII, 2010). Na brincadeira livre, a criança tem mais autonomia para a criação das situações imaginárias, tão importantes para seu desenvolvimento.

A brincadeira livre

A antropologia nos leva a perceber a necessidade de criar tempos e espaços de autonomia e liberdade de expressão, escolha e movimento para as crianças. É fundamental possibilitar o desenvolvimento do protagonismo infantil. Partindo de uma visão adultocêntrica, professores se preparam para falar, intervir, ensinar, sugerir. Acreditam que, por sua formação e experiência, sabem o que é melhor para a criança.

Quando os direcionamentos dados pelos adultos, não levam em consideração a diversidade de naturezas, temperamentos, tendências, dons, origens multiculturais, preferências, habilidades, canais expressivos individuais, dificuldades ou limitações das mais diversas ordens; o protagonismo que, efetivamente as crianças exercem de forma espontânea,



a partir das possibilidades de se expressarem e se colocarem no mundo, se transformam ou tende a desaparecer (FRIEDMANN, 2017, p. 43).

O olhar antropológico propõe aos educadores “[...] tomar distância, observar, silenciar e respeitar o outro [...] sugere a necessidade de nos abirmos para aprender com os outros e dos outros – das crianças, apreender e sentir suas realidades, seus momentos, seus valores, seus jeitos de ser e viverem suas infâncias” (FRIEDMAN, 2015, s/p).

Dessa forma, a brincadeira livre promove momentos privilegiados do exercício do protagonismo infantil, de interação com o mundo e com o outro.

Considerações finais

A brincadeira livre, embora muitas vezes desvalorizada como expediente de aprendizado e desenvolvimento, é extremamente profícua neste sentido e, outro aspecto muito importante a ser observado, é que ela permite à criança ser criança, explorar e compreender o mundo conforme seu ritmo, suas vontades, seus desejos, dando espaço para o desenvolvimento do protagonismo infantil.

Referências

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Resolução no 1, de 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB, 2010.

FRIEDMANN, A. O olhar antropológico por dentro da infância. In: MEIRELLES, Renata (Org.) **Território do brincar: diálogo com escolas**. São Paulo: Instituto Alana, 2015.

FRIEDMANN, A. O protagonismo infantil. In: LOVATO, A.; YIRULA, C.P.; FRANZIM, R. (orgs.). **Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar**. São Paulo: Ashoka/Alana, 2017. p. 42-45.

GOIÂNIA, SME. **Infâncias e crianças em cena: por uma política de educação infantil para a rede municipal de educação de Goiânia / Secretaria Municipal de Educação e Esporte**. Goiânia, SME. 2014.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. VYGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11ª ed. Trad.: Maria da Pena Villalobos, São Paulo: Ícone, 2010. P. 119 - 142.

INSTITUTO FEDERAL
Goiás
Câmpus
Goiânia Oeste

*100 anos de Paulo Freire: (Re)descobrimos o
pensar sobre a educação brasileira*
De 9 a 11 de junho

V Semana da Licenciatura em Pedagogia

**I Encontro Anual de Egressos do curso
de Licenciatura em Pedagogia**

VYGOTSKII, L. S.; Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11^a ed. Trad.: Maria da Pena Villalobos, São Paulo: Ícone, 2010. P. 103 - 117.



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A CONCEPÇÃO DE UM MODELO DE ENSINO SUBSERVIENTE AO CAPITAL

Mônica Marina Persona¹⁸
José Elias Domingos Costa Marques¹⁹

Resumo: Este trabalho visa provocar uma reflexão acerca da concepção da Educação Profissional e Técnica no Brasil a luz das mudanças das relações sociais e trabalhistas acendidas a pelas transformações sociais e políticas acirradas pelo modelo neoliberal que atingiram a educação. Compreende-se que este modelo delimitou as bases que formaram um padrão homogeneizante do trabalhador brasileiro à medida que suas imposições lançaram estratégias de domínio político e social abrangente no intento de manter a Educação voltada ao atendimento do mercado de trabalho, abastecido de trabalhadores flexíveis, polivalentes e competitivos.

Palavras-chave: Educação Profissional, Neoliberalismo, Trabalhador Flexível e Polivalente.

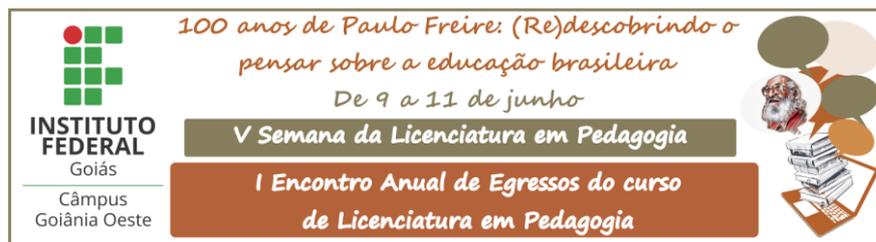
Introdução

Este trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre as concepções de Educação Profissional e Técnica (EPT) no Brasil assim como fazer uma discussão sobre as práticas de Educação que envolvem uma formação voltada para o atendimento dos interesses do mercado de trabalho. Neste processo, é imprescindível o entendimento dos desdobramentos históricos e políticos que enredaram a formação do trabalhador brasileiro.

Dentro de uma perspectiva de análise bibliográfica e documental, o trabalho busca compreender as origens da EPT no Brasil no seio da integração econômica, assim como seus desdobramentos e implicações para a construção de uma concepção de Educação inclinada ao atendimento do mercado e manutenção da hegemonia das classes dominantes, inserida na busca pela produção de “Capital humano”, na formação de um trabalhador polivalente, sempre flexível e competitivo.

¹⁸Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Políticas e Gestão para Educação Profissional e Tecnológica (IFG) e professora da Rede Municipal e Ensino (Ribeirão Preto).

¹⁹Graduado em Ciências Sociais (UFSCar), mestre em Ciências Sociais (UFSCar) e doutor em Sociologia (UFG). Professor EBTT do Instituto Federal de Goiás – campus Goiânia. Integrante da equipe docente da Especialização em Políticas e Gestão para Educação Profissional e Tecnológica (IFG).



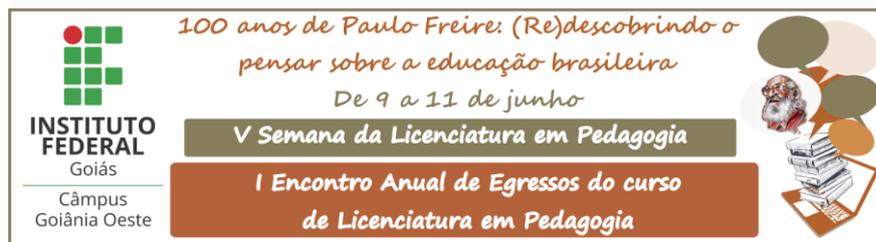
Concepção da Educação profissional no Brasil na subserviência do capital

O contexto de integração econômica mundial que promoveu uma série de mudanças no mundo do trabalho em decorrência de fatores macroeconômicos, também influenciou a dinâmica das relações sociais e trabalhistas brasileiras. O surgimento da Educação Profissional, o desenvolvimento das práticas e conceitos, assim como às políticas que envolveram os processos de implantação e consolidação dessa modalidade educativa no Brasil, demonstra que os desdobramentos históricos tiveram consequências bastante abrangentes, pautadas pelos interesses das classes dominantes hegemônicas na ânsia de manter seus privilégios, renegando a função social da Educação Profissional de atrelar-se ao desenvolvimento humano amplo e integral.

Questões que envolvem as relações comerciais mundiais como a redução de barreiras ao comércio de bens agrícolas e de serviços; a revisão da definição de dumping para a instituição; e a inclusão de padrões ambientais e as leis que protegem o meio ambiente, os pequenos negócios, os direitos humanos e trabalhistas nos acordos comerciais, assim como a soberania nacional e a democracia são encarados como “obstáculos” ao livre comércio (FRIEDIN, p.675;678, 2008). A proposta de integração da economia mundial deu a largada a um ataque de cunho liberal bastante preocupante para os países em desenvolvimento e principalmente para a classe trabalhadora

A integração econômica, afetou profundamente os relacionamentos humanos no mundo do trabalho, criando padrões de comportamento homogeneizantes que interessavam as empresas em detrimento a diversidade de valores. O aumento e eficiência da produção dependiam de um trabalhador cada vez mais comprometido e integrado com o modo capitalista de produção. A globalização econômica e as instituições como o Banco Mundial e a OMC promovem um tipo específico de desenvolvimento homogeneizador, que libera as maiores corporações do mundo para investir e operar em todos os mercados, em todos os lugares.

O que a história demonstrou foi que o desenvolvimento mundial de economia integrada cresceu alheio à mínimas responsabilidades do bem-estar humano, fadado ao agravamento da própria economia, criando abismos sociais de

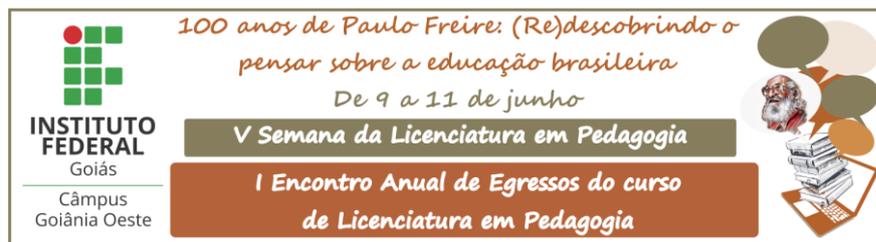


proporções gigantescas, alargando as diferenças e injustiças destinadas a classe trabalhadora.

Em 1989, a queda do Muro de Berlim e Consenso de Washington acentuam as políticas neoconservadoras e neoliberais no cenário mundial e também no Brasil. Em contrapartida a este cenário, nascem movimentos na luta e na resistência contra as reformas tão penosamente impostas. A Assembleia Nacional Constituinte iniciada em 1979 aprovou a nova Constituição em 1988 com enormes avanços para os campos sociais, porém as políticas que se seguiram não romperam com as velhas práticas. Neste período a Educação formulava propostas com foco na democratização e a superação de práticas tecnicistas de ensino e a possibilidade de reflexão sobre a “concepção de práticas educativas, tecnicismo, economicismo, fragmentação, dualismo e a perspectiva da escola pública, gratuita, laica, universal, unitária, omnilateral, politécnica ou tecnológica” (FRIGOTTO, 2006, p. 40).

Em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contendo concepções de educação politécnica, discussões e debate em torno da educação tecnológica e profissional, porém, os setores mais conservadores dos grupos dominantes encabeçaram esforços para que as mudanças ficassem apenas no papel. No caso da Educação profissional, o projeto de expansão do ensino técnico seguia numa vertente prática e clientelista, com visão imediatista e mercadológica de educação, pautado em ideias centralizadas no tecnicismo para a formação de um trabalhador polivalente e adaptável as necessidades do mercado. Neste período, os rearranjos políticos giram em torno de garantir a manutenção de uma reserva de trabalhadores disponíveis ao mercado.

Os frequentes discursos dentro da escola sobre manter-se flexível para garantir a empregabilidade, compõem uma base sedutora que objetiva cativar os jovens estudantes a terem mais autonomia e um espírito empreendedor, voltado para a criação de ações de desenvolvimento social, que consiga dar conta de problemas e questões que afligem o dia a dia das cidades e das comunidades regionais. A reflexão sobre a natureza desta prática, no intento de sua articulação direta com interesses empresariais, remete a reflexão sobre o papel a ser desempenhado pela escola (instituição) e suas finalidades (educação), dentro da afirmação da real existência de imperativos hegemônicos implícitos na formação



profissional, capitaneadas justamente pela consolidação hegemônica burguesa no *modus operandi* das instituições educacionais, à luz da ascensão do neoliberalismo.

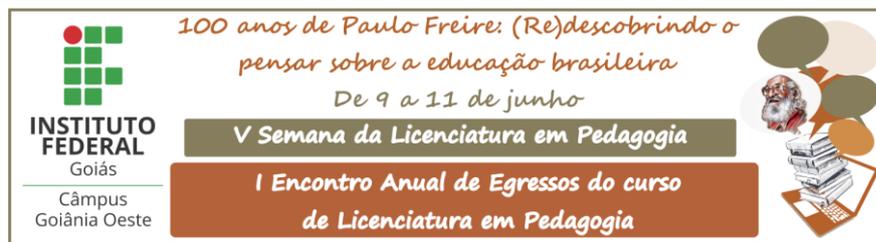
A crítica observada alerta para a necessidade do modelo Educacional ser revisto, tanto em parâmetros conceituais como práticos, a EPT não deve ser galgada nos interesses empresariais, nem fragmentada e dissociada de sua responsabilidade de formar indivíduos capazes de refletir sobre si mesmo e sobre o mundo em que vivem. Negar este direito implica em reproduzir práticas que só aumentam as misérias humanas e sociais, é garantir a permanência de um modelo exclusivo que privilegia os privilegiados enquanto diminui qualquer chance de mobilidade social de todo o resto.

A efetiva tarefa de combate contra-hegemônico em busca de uma atuação docente que cumpra com excelência a tarefa mediadora pela preservação dos direitos e construção da liberdade, confrontando o discurso da ideologia dominante, carece da constante invocação de referências analítico-reflexivas basilares do papel a ser desempenhado pela escola brasileira.

Considerações finais

Apesar de haver uma clara orientação no sentido de proporcionar uma educação que contemple o desenvolvimento amplo dos alunos, formação crítica e emancipadora, é possível perceber que a Educação Profissional historicamente tem sido utilizada como uma forma de reafirmar políticas de interesses das classes hegemônicas na tentativa de garantir a manutenção de sua dominação.

A Educação Politécnica tem a capacidade de unir os conhecimentos da vida, integrando-os ao mundo do trabalho, porém as reproduções práticas da Pedagogia da hegemonia acarretam empecilhos para a construção de um conhecimento abrangente e garantem a continuidade de um sistema excludente, competitivo e cruel, dificultando o rompimento com o tecnicismo, a fragmentação do conhecimento e o dualismo, impossibilitando a construção de uma escola pública na perspectiva de Educação de qualidade, gratuita, laica, universal, unitária, omnilateral e politécnica.



Referências

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, E. O.; COAN, Marival . As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?. Boletim Técnico do SENAC, v. 38, p. 27-40, 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 202-265.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

CIAVATTA, M. (orgs.). A formação do cidadão-produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006, p. 25-54.

FONSECA, L. S. Reestruturação produtiva, reforma do Estado e formação profissional no início dos anos 1990. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.

FREIRE, P. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

FRIEDEN, J. A. Capitalismo global em apuros. In: Capitalismo Global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

FRIGOTTO, G. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.

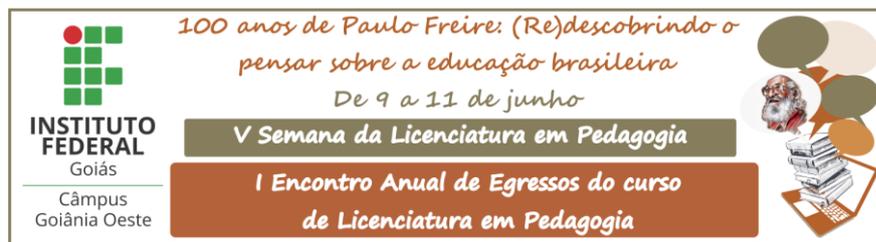
FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

NEVES, L.W. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36, 2013, Goiânia, GO. Anais... Goiânia, GO, 2013.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Filosofia da Educação Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª ed, :Civilização Brasileira, 1985.

SANFELICE, J. L. A nova pedagogia da hegemonia no contexto da globalização. Rev. Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605. Revista Digital do Paideia. Volume 2, Número 2, outubro de 2010, março de 2011.



O KAHOOT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: um relato de experiência

Elenice Rabelo Costa²⁰

Resumo: Esse estudo trata-se de um relato de experiência do uso da plataforma de aprendizagem social chamada de “Kahoot”. Trata-se de um estudo de cunho descritivo, realizado a partir da observação e utilização em sua sala de aula do 4º do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal do município de Goiânia. As principais conclusões foram que a ferramenta permitiu a observação do que estudantes realmente aprenderam e a autoavaliação da prática pedagógica profissional da profissional.

Palavras-chave: Educação. Kahoot. Relato de experiência. Contribuições.

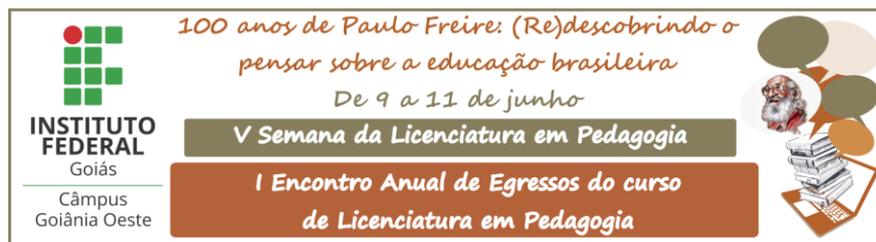
Introdução e metodologias

Os desafios que se apresentam em nossa prática pedagógica no ambiente escolar muitas vezes nos deixam inseguros, com medo de falhar. Ser professor no atual contexto em que vivemos não é uma tarefa fácil. Nesse sentido, destaca-se a importância de atividades formativas que contribuam para o crescimento e evolução profissional. A sala de aula é um ambiente diversificado em que o professor de forma continuada situações problemas de aprendizagem relacionada aos alunos, a forma como percebem o conhecimento e interage com ele.

A partir disso, esse estudo tem como objetivo geral fazer um relato de experiência, do período em que fui professora temporária no agrupamento D, no município de Goiânia, Goiás, e tendo como objetivos específicos: discutir os principais resultados dessa experiência e elencar as contribuições do Kahoot, para práticas educativas na educação básica.

A metodologia utilizada nesse estudo foi inicialmente descritiva, pois descreve a realidade vivenciada por mim, na condição de professora regente das aulas de História para o 4º ano do Ensino Fundamental, em uma escola municipal de tempo integral na cidade de Goiânia, Goiás; depois foi feita uma revisão bibliográfica de aspectos qualitativos relacionados a gamificação em sala de aula e as

²⁰Mestre em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Licenciada em Pedagogia pela (UECE) e Graduada em Letras – Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia; e-mail: elenice.rabelo@estudantes.ifg.edu.br



potencialidades do Kahoot. A abordagem de análise foi qualitativa, buscando analisar os fundamentos epistemológicos que circundam as temáticas abordadas durante a construção do relato.

Fundamentação teórica

Garcia (2016) destaca que a gamificação Garcia traz para os alunos um movimento dinâmico e interativo no qual os alunos estão acostumados, pois em seu cotidiano eles estão sempre conectados na internet e na cultura digital permeada pelas redes sociais e os games. Diante disso, a gamificação se apresenta como uma alternativa para a construção de novos conhecimentos.

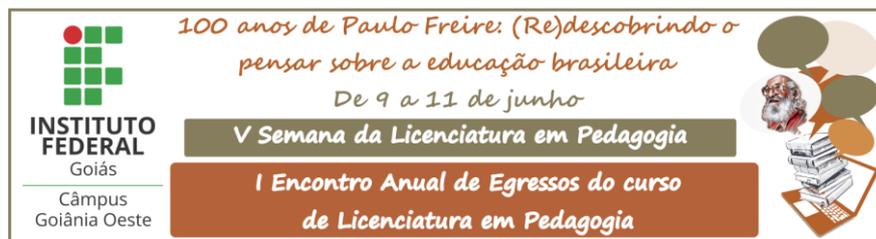
Nesse sentido a escola deve estar preparada para implementar novas tecnologias, e aplicá-las com o aluno, para contribuir com o desenvolvimento da sua aprendizagem, por meio de um ambiente intuitivo e instigador para o pensamento crítico e reflexivo sobre os conteúdos que são ministrados na sala de aula. Essa perspectiva é discutida pelos seguintes autores:

As tecnologias estão presentes na vida dos alunos. Por sua vez, as escolas, principalmente as públicas, tornam-se mais distantes deles. Por isso é necessário que professores, dentro das limitações de recursos, utilizem recursos tecnológicos na sua prática docente. Um aluno pode aumentar seu aprendizado de forma significativa dependendo de como é estimulada a sua forma de pensamento e raciocínio lógico. Para isso, esses recursos precisam ir além de editores de textos e pesquisas na internet (PAIVA; ROMIO, 2017, p. 4).

É possível construir uma escola produtora de conhecimento que estimule a criatividade, a colaboração e a produção de novos conhecimentos, para além de uma escola que apenas repassa informações, e aos alunos só resta consumir estes conhecimentos (PRETTO, 2010).

É preciso investimento em estudo e pesquisa para o desenvolvimento de práticas que possibilitem uma aprendizagem mais interativa e dinâmica. O currículo de formação dos professores também necessita ser modificado, para que eles não usem a tecnologia por ela mesma (fim em si mesmo), mas com uma intencionalidade pedagógica bem definida (como um meio para a aprendizagem).

É uma tarefa árdua. Exige tempo para que os professores possam planejar, pesquisar e refletir sobre as tecnologias e o papel delas na aprendizagem dos alunos. Atualmente os professores vivem em um ritmo de trabalho acelerado,



burocrático. A mudança deve acontecer nas estruturas do nosso sistema educacional brasileiro.

Resultados e Discussão

Quando eu entrei na primeira vez no ciclo II em 2019, confesso que estava ansiosa com medo, mas resolvi encarar e aprender com esta experiência. Fiquei tão empolgada com as informações que tivemos sobre novas tecnologias, dentro do Projeto Aula Digital²¹, em especial o Kahoot, uma plataforma de aprendizagem social que pode ser acessada em qualquer computador, tablet ou celular com acesso à internet, possibilitando interatividade e dinamicidade para as aulas.

Inicialmente fui pesquisar e entender como funciona o desenvolvimento desta ferramenta *Kahoot* para poder desenvolver práticas pedagógicas no agrupamento D na escola. Primeiramente ministrei o conteúdo sobre a Cultura Indígena e depois levei os alunos até o ambiente informatizado da escola. Eu vi os alunos comemorando, interagindo entre si. Até os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem nas aulas também estavam empolgados. A cada pergunta eles comemoravam e se animavam ainda mais.

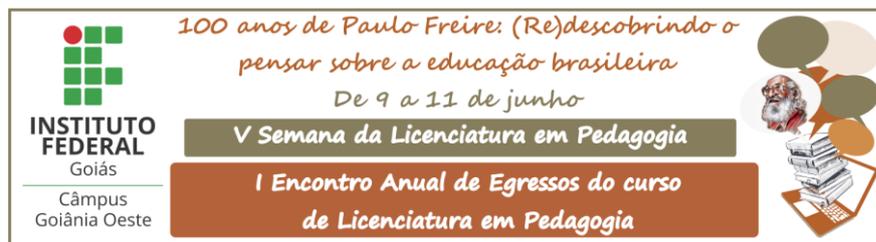
Figura 1 – Registros da experiência na escola (Foto alunos/Print dos *Kahoots* realizados)



Fonte: Acervo da autora

Diante dessa experiência, pude perceber, que como professores temos que sempre está avaliando a nossa prática pedagógica, por que os alunos que temos

²¹Projeto realizado pela Secretaria de Educação de Goiânia em parceria com a Fundação Telefônica.



hoje exigem novas metodologias, que vão além dos métodos tradicionais. Para que se possam promover as experiências de protagonismo para os estudantes.

Considerações finais

Essa experiência inicial abriu um leque de possibilidades pedagógicas em sala de aula. Os principais pontos para o aprimoramento profissional foram os seguintes: a pesquisa de ferramentas digitais passou a ser um elemento constante para melhoria das práticas pedagógicas e desenvolvimento de projetos inovadores para que os educandos pudessem realizar experiências do tipo mão na massa.

Através do desenvolvimento dessa experiência realizei formações, minicursos e depois de estudos na Plataforma *Kahoot*, tornando-se educadora verificada em 2021, e nível bronze na utilização no uso da ferramenta. Essa plataforma oportunidade gratuita para professores através do seu programa “*The Kahoot! Certified for schools*”²², por meio de cursos bronze, prata e outro.

Com a utilização do *Kahoot*, constatei as seguintes contribuições: melhoria no raciocínio cognitivo, na inferência para selecionar as respostas e absorção e compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula.

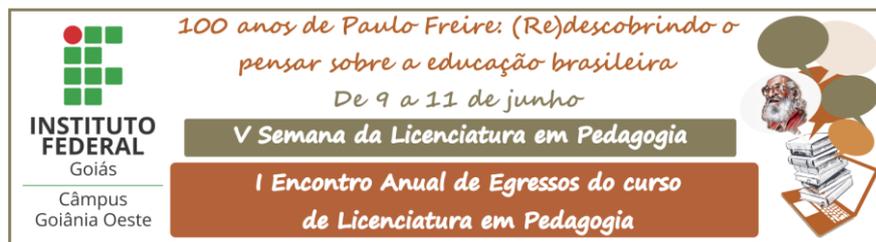
Referências

GARCIA, Adriana. **Gamificação como prática pedagógica docente no processo ensino e aprendizagem na temática da inclusão social**. 2015. 90 p. Dissertação (Mestrado em Ensino, Ciências e Novas Tecnologias) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2015.

PRETTO, Nelson. Redes colaborativas, ética hacker e educação. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 305-316, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2019.

ROMIO, Tiago; PAIVA, Simone Cristine Mendes. Kahoot e GoConqr: uso de jogos educacionais para o ensino da matemática. **Scientia cum Industria**, V. 5, n. 2, pp. 90-94, 2017. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/view/5234/pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

²² O programa está disponível gratuitamente em: <https://kahoot.com/certified/>



O MEDO DA AIDS: ESTIGMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1982-2018.

Jéssica Nicoli Oliete Silva²³
Roberta Gomes e Silva Dias²⁴
Vinicius Berckamp Ribeiro Silva²⁵
Dorian Erich Castro²⁶

Resumo: O intuito desta pesquisa é apresentar uma análise histórico-social da AIDS, que em trinta 30 anos, desde a descoberta do vírus, observa-se transformações sociais como os avanços nas políticas de saúde pública no país e no comportamento da sociedade, provocados pela imunodeficiência. As três décadas de convívio da população brasileira com a AIDS, nos desvela uma relação entre os fatores biológicos e sociais, de modo que seu impacto agressivo e epidêmico ocasionou mudanças na orientação das políticas de saúde que visam combater a enfermidade e as transformações no comportamento da sociedade frente ao medo e os estigmas relativos a doença. Tais dinâmicas nos despertou o interesse em desenvolver a pesquisa sobre os estigmas dos portadores acometidos pela doença.

Palavras-chave: AIDS, Estigmas, Preconceito, Políticas Públicas, Saúde.

Introdução

A AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é uma doença desencadeada pelo contágio com o vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). A transmissão da doença se dá por meio de secreções corporais sexuais (como sêmen), sangue e amamentação (BRASIL, 2017).

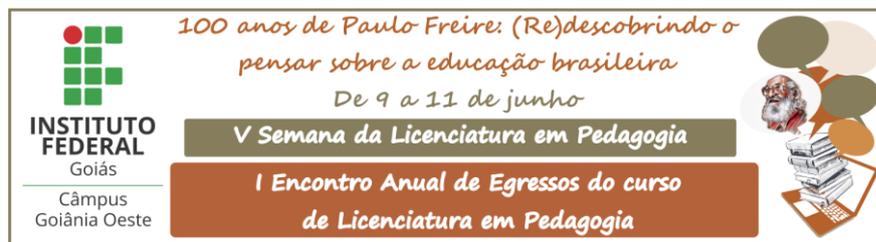
Como profilaxia mais indicada temos o uso de preservativo masculino ou feminino em todas as relações sexuais. A AIDS não tem cura, mas tem tratamento e ele é ofertado pelo Sistema Único de Saúde gratuitamente (Brasil, 2017).

²³Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Vigilância em Saúde no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: nicolikika@gtmail.com.

²⁴ Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Nutrição e Dietética no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: gomesroberta581@gmail.com.

²⁵ Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Nutrição e Dietética no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: berckampvinicius13@gmail.com .

²⁶ Professor Mestre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: Dorianerich@gmail.com.



Cada vez mais são efetuados avanços científicos em relação a doença, mas em muitos aspectos o âmbito social é defasado, uma vez que a doença é rodeada de estigmas sociais que devem ser combatidos para o controle efetivo da doença. Deste modo, conscientizar e educar a população para a humanização da doença é um papel de todo o corpo social, sendo as campanhas de saúde pública um importante instrumento pedagógico para isso.

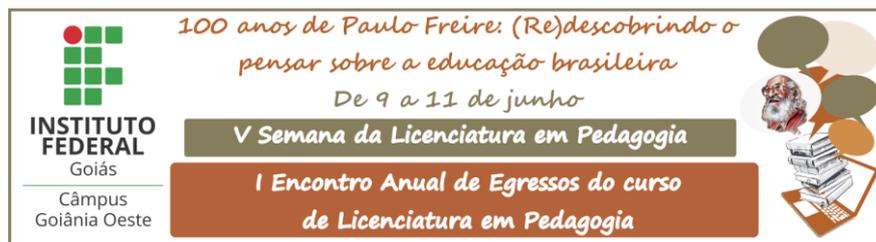
Nossa pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, a partir das referências disponíveis nos acervos das bibliotecas do IFG, onde localizamos alguns títulos relativos ao tema, que podem ser compartilhadas pelo sistema Sofia, que possibilita o uso compartilhado entre as bibliotecas dos Câmpus, além de fontes selecionadas disponíveis na internet. Selecionamos informações sobre as políticas de saúde instituídas no Brasil a partir dos anos 80 do século passado e suas nuances até o presente momento.

Por meio das mudanças nas políticas de saúde, vislumbramos a possibilidade de compreender as relações entre a sociedade e a doença, como ao longo dos quase quarenta anos da descoberta da Aids em nosso país, nossa população lidou com a enfermidade.

Fundamentação teórica

A história cultural abriu caminhos para a compreensão dos homens e suas construções simbólicas frente às enfermidades, assim, um dos possíveis caminhos, para a escrita da história da Aids, nos é apresentado por Ítalo Tronca, que ao adentrar o universo da história das doenças, buscou compreender as representações sobre lepra e a AIDS, a partir do prisma da cultura e do imaginário, categorias estas, que influenciam as construções sociais das redes simbólicas em distintos períodos históricos.

Os estigmas carregados pela doença são um imenso empecilho para a saúde pública, pois dificultam e retardam as notificações, agravando o estado clínico do portador. Vale pontuar, que os estigmas não são mera coincidência, eles são embasados em relações históricas e sociais, e também são utilizados como estratégia política para marginalizar mais ainda grupos já marginalizados pela



sociedade em geral, provocando desigualdades e controle social (PARKERS; AGGLETON, 2021).

Quando se trata de AIDS essa relação entre a doença e sociedade se tornam mais claras, uma vez que lá nos anos 80 os primeiros casos foram notificados em usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo e principalmente em homens gays ou bissexuais. O fato da doença ter atingido primeiramente esses grupos alvo de muitos preconceitos, fizeram com que os estigmas relacionados a AIDS se tornassem mais exacerbados (FREITAS, 2018), (PARKERS; AGGLETON, 2021).

Vale pontuar que, com sucessivas mudanças sociais novos casos foram notificados em diferentes grupos sociais, desta forma, atualmente culpabilizar e restringir grupos sociais em relação ao HIV é preconceituoso e cientificamente inválido, já que não há mais grupos de risco e sim comportamentos de risco (VOLPE, 2020), (FREITAS, 2018).

Resultados e Discussão

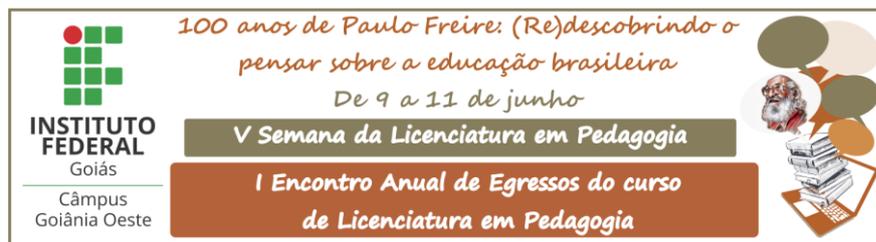
Diante do exposto, pontuamos que a forma mais eficaz de controle dos índices de AIDS é o investimento na conscientização, que é exatamente o papel proposto pelas campanhas de saúde pública (SAUDI, s/d).

A orientação à população é necessária como política de saúde, uma vez que uma parte considerável da população tem carência a respeito do acesso a informações, seja nas profilaxias para evitar o contágio, seja referente ao tratamento e também ao incentivo à testagem, já que boa parte dos portadores nem sabem que são portam o vírus (LEAL, 2014).

Além disso, ressaltamos a importância de combater os estigmas referentes à doença, recorrendo novamente ao papel pedagógico e educacional, já que o conhecimento é inato e os valores e informações que dispomos são socialmente formados (MAIA, 2010).

Considerações finais

Há praticamente 3 décadas a sociedade brasileira convive com a AIDS, ao decorrer dessa relação, pode-se ver evidentemente como os comportamentos sociais influenciaram, e ainda influenciam diretamente na transmissão do vírus.



Pode-se dizer que os estigmas sociais que cercam a AIDS estão diretamente relacionados à aqueles que estão enraizados culturalmente na sociedade. Uma vez que, os grupos mais vulneráveis à doença inicialmente eram, e infelizmente ainda são, marginalizados.

Atualmente com a utilização de recursos didáticos para promover a saúde pública e para acolher os soropositivos - principalmente por meio de programas de prevenção à saúde -, a massa populacional recebe mais informações sobre a doença, o que influencia na desestigmatização da doença e seus portadores.

Percebeu-se que o conceito de grupos de riscos não se aplicam mais à doença, pois houveram sistêmicas notificações de casos em diversas classes sociais, faixa etárias, gêneros e sexualidades. Doença, que só será possível com a efetivação de campanhas públicas, para conscientizar a população em relação aos métodos preventivos, para a importância da testagem e para humanização do portador da doença. No caso da AIDS, a educação e conscientização são os maiores aliados à saúde pública brasileira.

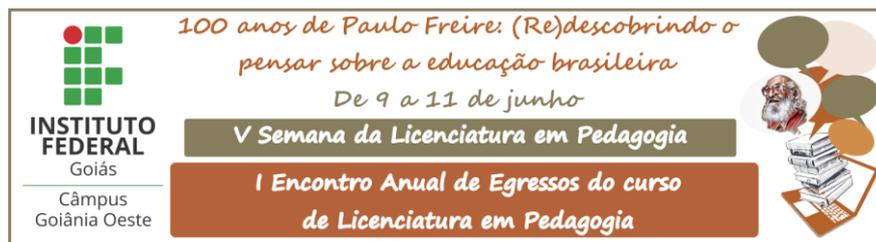
É de suma importância que entidades brasileiras continuem em união para o controle da doença, que só será possível com a efetivação de campanhas públicas, para conscientizar a população em relação aos métodos preventivos, para a importância da testagem e para humanização do portador da doença. No caso da AIDS, a educação e conscientização são os maiores aliados à saúde pública brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. 2017. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2409-hiv-e-aids#:~:text=Aids%20%C3%A9%20a%20S%C3%ADndrome%20da,pelo%20aparecimento%20de%20doen%C3%A7as%20oportunistas..> Acesso em: 24/05/2021.

FREITAS, Keilla. Existe Grupo De Risco Para Pegar HIV?. 2018. Disponível em: <https://www.drakeillafreitas.com.br/existe-grupo-de-risco-para-pegar-hiv/>. Acesso em: 24/05/2021.

LEAL, Alline. Cerca de 20% das pessoas com HIV não sabem que têm o vírus. Exame. 2014 . Disponível em : <https://exame.com/brasil/cerca-de-20-das-pessoas-com-hiv-nao-sabem-que-tem-o-virus/> . Acesso em: 26/05/2021.



MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade e Educação Sexual. 2010. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto2 .pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto2.pdf). Acesso em: 23/04/2020.

PARKERS, Richard. AGGLETON, Peter. Estigma, discriminação e AIDS [livro eletrônico]. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021. Disponível em: <https://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2021/05/livro-digital-final-ESTIGMA-DISCRIMINA%C3%87%C3%83O-E-AIDS-pagina-espelhada-10052020.pdf>. Acesso em: 24/05/2021.

SAUDI, Sistema de Auditório de Contos Médicos. Disponível em: <https://www.saudi.com.br/blog/campanhas-de-conscientizacao-e-saude/>. Acesso em: 26/05/2021.

VOLPE, Beto. A perigosa armadilha dos grupos de risco. 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/artigo/a-perigosa-armadilha-dos-grupos-de-risco/>. Acesso em: 25/05/2021.



PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA E ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

Joselaine Galvão de Souza²⁷
Rachel Benta Messias Bastos²⁸

Resumo: O trabalho de conclusão de curso intitulado “Processo Histórico de Constituição da Cidadania e Escolarização do Negro no Brasil” buscou compreender, estudar, investigar e analisar sobre a constituição da cidadania e processo educativo do negro no Brasil. Trata-se de uma investigação de natureza teórica, cuja metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, recorrendo aos teóricos do pensamento social brasileiro e, teóricos da educação. A educação do negro foi pautada por processos de negações e privações de uma educação de qualidade, impossibilitando maiores possibilidades de mobilidade e ascensão social. O estudo do processo educativo do negro possibilitou compreender dialética entre cidadania e educação, pois um povo instruído e consciente de sua realidade social, de sua história, luta por igualdade e constroem juntos os direitos sociais, civis e políticos. Sem uma educação para todos, a constituição da cidadania certamente será deficiente.

Palavras-chave: Processos históricos; Cidadania; e Escolarização do Negro.

Introdução

Este estudo acadêmico teve como finalidade compreender e analisar sobre o processo histórico de constituição da cidadania e escolarização do negro no Brasil. O ponto de partida para o desenvolvimento desta investigação foi a busca pela trajetória histórica como fonte para compreender que este o passado não passou e ainda se faz presente e atuante nas relações sociais-raciais. A partir da compreensão da história do negro, buscou-se analisar sobre a constituição de sua cidadania e do seu processo educativo na educação pública brasileira. Trata-se de uma pesquisa que foi realizada a partir de fontes bibliográficas e análises qualitativas fundamentadas no Pensamento social brasileiro.

Resultados e Discussão

A negação da cidadania do negro, de acordo com Carvalho (2013), está relacionada aos aspectos de uma conveniência político-social. Historicamente o

²⁷ Joselaine Galvão de Souza - mestranda PPGE/UFG joselainegs@gmail.com

²⁸ Rachel Benta Messias Bastos - docente IFG/Goiânia Oeste rachel.bastos@ifg.edu.br



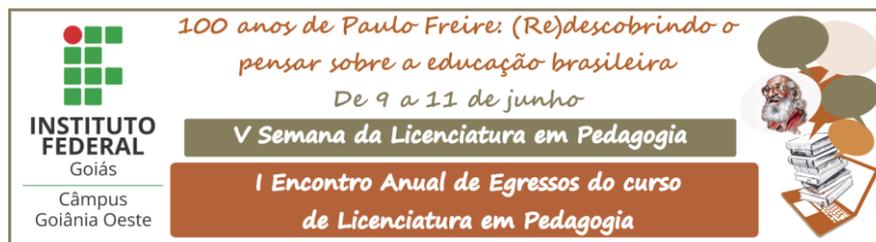
negro para usufruir dos direitos que a cidadania proporciona precisou e continua a travar lutas que lhes possibilitaram ganhos e retrocessos em função da persistente discriminação e exclusão criadas pelas barreiras sociais. A esse respeito, Schwarcz e Botelho (2012) argumentam que o percurso de constituição da cidadania no Brasil é intrínseco ao percurso histórico do país, e que, portanto, nesta lógica a história do negro é composta tanto pela contradição: escravizado-trabalhador livre quanto pelo modo de produção-relações de produção, como explicita Ianni (2004).

Diante do exposto, referente a esta construção do negro como sujeito histórico-social, e em consequência desse contexto, pode-se afirmar que a educação do negro no Brasil é historicamente caracterizada como “truncada”. Santos e Barros, (2012, p. 04) destacam que “[...] na Constituição de 1824 em seu artigo 179 § 32, a matrícula nas escolas de primeiras letras deveria ser gratuita para todos os cidadãos, o que não abarcava os negros escravizados”. Aquino (1989) ainda reitera que na contemporaneidade o negro encontra-se em movimento permanente de busca da superação de uma posição social de desigualdade, por meio de diversos embates entre eles o direito da educação formal.

Este direito a educação pode ser desvelado também mediante a análise de dados escolares. Destaca-se neste sentido, que os dados estatísticos coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, revelam que a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade entre a população branca era de 3,6%, já a população preta ou parda era de 8,9%. Com relação às pessoas com 25 anos ou mais de idade que concluíram a etapa do ensino básico obrigatório, 57% está relacionado a população branca, e 41,8% a população negra (IBGE, 2020).

Além desta análise de dados, Passos (2005) denuncia outro aspecto fundamental vinculado ao direito à educação. Trata-se da naturalização do fracasso escolar da população negra, através da crença que o espaço escolar não pertence aos negros, assim, como os espaços socialmente elitizados da sociedade brasileira não os são.

Considerações finais



Este estudo teórico-bibliográfico reitera que o processo histórico de constituição da cidadania e educação do negro é marcada por profundas desigualdades: racial, econômica e social, que se estruturam no racismo intrínseco na sociedade brasileira, como forma de manter a relação de poder de uma camada social privilegiada sobre outra, desprivilegiada.

Como considerações desta investigação, constatou-se também a importância da dialética entre cidadania e educação, pois um povo instruído e consciente de sua realidade social, de sua história, luta por igualdade e constroem juntos os direitos sociais, civis e políticos. Sem uma educação para todos, a constituição da cidadania certamente será deficiente.

Referências

AQUINO, Rubim. Um novo mundo, por que não uma nova história? In: **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. São Paulo: Ed. Ao livro técnico, 1989, p. 19-24.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

I
BGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Educação 2019 PNAD contínua. ISBN 978-65-87201-09-2, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em: 6 jun. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos. Escolarização de jovens negros e negras. In: Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas / organizado por Iolanda de Oliveira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto – São Paulo: **Ação Educativa, ANPEd**, 2005. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/516131 Acesso em: 16 dez. 2017.

SANTOS, Lays R. B. de M. M. dos; BARROS, Surya A. P. de. “Estado da Arte da Produção Sobre História da Educação”: O Negro Como Sujeito da História da Educação Brasileira. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.04.pdf Acesso em: 20/10/2017.

INSTITUTO FEDERAL
Goiás
Câmpus
Goiania Oeste

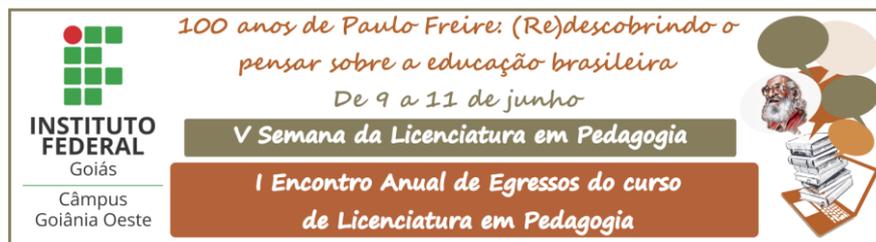
*100 anos de Paulo Freire: (Re)descobrimo o
pensar sobre a educação brasileira*
De 9 a 11 de junho

V Semana da Licenciatura em Pedagogia

**I Encontro Anual de Egressos do curso
de Licenciatura em Pedagogia**

The banner also features a portrait of Paulo Freire, a stack of books, and a calculator.

SCHWARCZ, Lilia M.; BOTELHO, André. **Cidadania, um projeto em construção:** minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lucas Henrique da Silva Dourado²⁹

Adriana dos Santos Fernandes³⁰

Lidiane de Lemos Soares Pereira³¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi apresentar e discutir o uso de tecnologias digitais na realização de aulas, elaboração e compartilhamento de atividades durante a pandemia por Covid-19. Para isso, foi realizado um estudo de caso em uma escola da cidade de Anápolis no âmbito do Programa Residência Pedagógica. Nossos resultados apontam que no contexto de pandemia, as escolas e professores tiveram que adaptar suas atividades de modo que as tecnologias digitais passaram a ser incorporadas na rotina escolar. Na escola citada, as tecnologias digitais utilizadas foram o *Google Classroom*, *Google Meet* e *Google Forms*.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Pandemia. Residência Pedagógica

Introdução

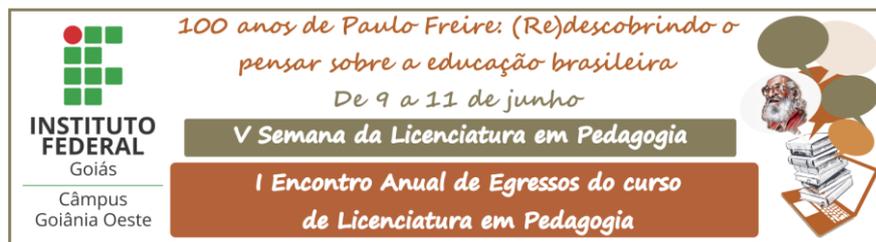
Em 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou a COVID-19 como uma pandemia e cidades inteiras entraram em quarentena para evitar a disseminação da doença (**MÉDICI, 2020**). De modo a garantir a continuidade do ano letivo, no dia 17 de março de 2020, o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE) aprovou o 'regime especial de aulas não presenciais', que definiu em todo o Estado, a manutenção das atividades escolares sem a presença de alunos e professores nas dependências das escolas (SEDUC, 2020). Em nota o CEE, diz:

Entre não se fazer nada e fazer o que é possível, este Conselho opta por se posicionar por atuar de forma proativa, apresentando uma opção possível que é o REANP [Regime Especial de Aulas Não Presenciais], para viabilizar o mínimo de atividades didático-pedagógicas aos alunos. Isso, em alguma medida, segundo a diversidade das redes, possibilita a manutenção de uma

²⁹Estudante do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Anápolis; e-mail: lucasddourado18@gmail.com.

³⁰Professora de Química do Colégio Estadual Américo Borges de Carvalho, Anápolis; e-mail: adrianapsf@gmail.com.

³¹Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Anápolis. Pesquisadora do Panecástica – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Homem, o Trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica; e-mail: lidiane.pereira@ifg.edu.br



rotina de estudos, leitura, interação com outros alunos e professores, evitando o ócio em um longo período de inatividade. Este modelo permite mitigar a evasão escolar, pois se não se fizer algo de concreto o prejuízo na evasão e abandono da escola será imenso (GOIÁS, 2020).

Dessa forma, o ensino remoto se tornou a única alternativa para a educação durante a pandemia de Covid-19. Antes da pandemia, algo parecido, como a educação a distância, só estava autorizado para o ensino superior. Entretanto, diante da emergência de saúde pública, diversas alternativas foram adotadas para que os alunos pudessem dar prosseguimento às aulas de maneira remota (PAZ, 2020), e entre elas estão a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

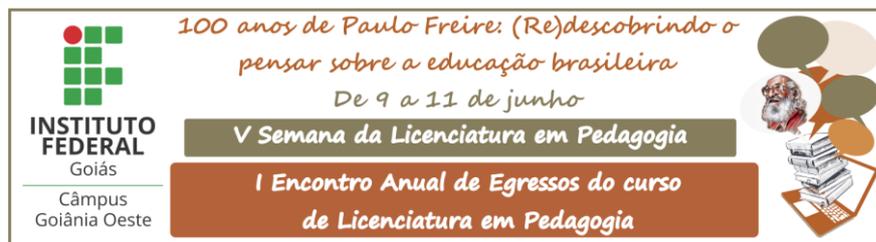
Segundo Corrêa e Brandemberg (2021) as TICs se referem a dispositivos eletrônicos e tecnológicos com finalidade de informar e comunicar, como por exemplo, rádio, televisão, computador, *internet*, *smartphone* e outros. Já as TDICs, ou simplesmente tecnologias digitais (TD) se referem aos dispositivos utilizados para acesso as aulas e demais conteúdos digitais utilizados pelos docentes e discentes nesse período de pandemia, como por exemplo, as plataformas virtuais de aprendizagem, repositórios digitais, salas de webconferências e outros.

Várias TDICs passaram a figurar nas escolas como artefatos culturais para estabelecermos interações com os alunos, como plataformas de videoconferências, como o *Google Meet*, o *Zoom* e o *Microsoft Teams*. Apesar de muito presentes no meio empresarial, tais TDICs passaram a fazer parte do dia a dia de professores e alunos brasileiros.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo, apresentar e discutir o uso das TDICs como o *Google Classroom*, para ministração de aulas, elaboração e compartilhamento de atividades durante a pandemia por Covid-19.

Metodologia

A pesquisa se constitui como um estudo de caso. Para Lüdke e André (2012) o caso deve ser bem delimitado e devemos levar em consideração o contexto estudado. O caso descrito nesse trabalho se constitui em descrever e analisar as tecnologias digitais utilizadas pelos professores no Colégio Estadual Américo Borges



de Carvalho. Vale ressaltar que essa pesquisa aconteceu no âmbito do Programa Residência Pedagógica.

Os dados foram coletados a partir da observação participante de atividades na escola e de conversas com a professora preceptora de Química da escola e, foram analisados a partir de uma perspectiva qualitativa.

Resultados e Discussão

O Colégio Estadual Américo Borges de Carvalho reuniu no início da pandemia com pais e alunos e eles entraram em um acordo de que as aulas aconteceriam pelo serviço de comunicação *Google Meet* e grupos do *WhatsApp*. E para os alunos que não tinham acesso à internet ficou decidido que, a coordenação pedagógica providenciaria as cópias dos conteúdos e atividades, e então os alunos buscariam na escola quinzenalmente.

O *Google Meet* é o dispositivo de videoconferências da *Google*. As reuniões gratuitas do *Google Meet* podem ter até 100 participantes, com limite de tempo de 24 horas (CRUZ, 2020). Para tornar a aula mais prazerosa, a plataforma oferece dois recursos bem importantes que é a transmissão da tela do computador e a gravação da aula (COSTA, 2020). O recurso de gravação da aula tem sido utilizado pela escola que depois disponibiliza o link da gravação nos grupos de *WhatsApp*.

Entretanto, à medida que o tempo foi passando, a adesão dos alunos ao *Google Meet* diminuiu consideravelmente e as aulas passaram a acontecer por meio da gravação e disponibilização das aulas nos grupos do *WhatsApp*. Além disso, os materiais das aulas passaram a ser organizados dentro de um ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Classroom*.

O *Google Classroom* é uma plataforma gratuita que tem como objetivo dar suporte aos professores em sala de aula. Desenvolvido pela *Google*, o artefato cultural permite que o professor poste atualizações da aula e tarefas de casa e ainda forneça um *feedback*. O serviço é integrado ao *Google Drive* e os alunos têm acesso aos materiais postados e compartilhados pelo professor (SOUZA, 2016).

O *Google Forms* é outro instrumento bastante utilizado dentro da escola. Ele oferece modelos prontos para avaliações, de modo que permite ao professor criar questionários a fim de avaliar o aprendizado dos alunos. Com ele, é possível



preparar provas com questões objetivas e discursivas. Na criação do questionário, pode-se atribuir notas a cada questão, e, nos casos de questionários objetivos, é possível apresentar a nota ao aluno de modo imediato (SANTOS, 2020).

Considerações finais

Apesar do avanço das TDICs na educação, no contexto de pandemia ficou evidenciado como ainda existem barreiras que dificultam o ensino remoto tanto no âmbito de quem ensina, quanto de quem aprende.

No âmbito dos alunos, as barreiras mais comuns dizem respeito à falta de interação com os colegas no ensino remoto e a falta de motivação para o estudo nesse formato. Os alunos relataram que o fato de as aulas serem gravadas não possibilita que a dúvida seja tirada quando ela aparece e isso atrapalha o processo de aprendizagem. Com relação a professora, ela diz estar desmotivada porque gostaria de ter mais interação com os alunos e como a participação via *Google Meet* (síncrono) não foi aderida pela maioria, então precisou recorrer a disponibilização da gravação das aulas. A professora também nos relatou que apesar de importantes, os instrumentos avaliativos não permitem inferir se houve realmente aprendizado por parte dos alunos.

Cabe ressaltar que é necessário que os professores, junto a escola, se mobilizem para que novas estratégias possam vir a contribuir para uma maior motivação dos alunos, e o uso das TDICs, nesse momento, se mostra como mais eficiente para a resolução desse problema.

Referências

CORRÊA, Nazareno Pantoja; BRANDEMBERG, João Cláudio. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no Ensino de Matemática em Tempos de Pandemia: Desafios e Possibilidades. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 08, n. 22, p. 34-54, 2021.

COSTA, Matheus Bigogno. **Google Meet: 5 dicas para organizar e transmitir aulas online**. 2020. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/software/google-meet-dicas-para-transmitir/>>. Acesso em 28 mar. 2021.

CRUZ, Thayna. **Google Meet: ferramenta para videoconferência está disponível de graça**. 2020. Disponível em:



<<https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/04/google-meet-ferramenta-para-videoconferencia-esta-disponivel-de-graca.ghtml>>. Acesso em 28 mar. 2021.

GOIÁS. Escolas estaduais deverão adotar 'regime especial de aulas não presenciais'. 2020. Disponível em: <<https://www.goias.gov.br/servico/44-educacao/120967-escolas-estaduais-deverao-adotar-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais.html?highlight=WyJjb3JvbmF2aXJ1cyJd>>. Acesso em 28 mar. 2021.

MÉDICI, Daniel. **Cidades isoladas, comércio fechado, presos liberados: veja medidas contra o coronavírus adotadas por outros países.** 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/veja-quais-medidas-foram-adotadas-pelos-paises-mais-afetados-pelo-coronavirus-para-combater-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em 28 mar. 2021.

PAZ, Iolanda. **Desafios do ensino remoto na pandemia.** 2020. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/babel/?p=168>>. Acesso em 28 mar. 2021.

SANTOS, V. Ensino remoto: como potencializar suas aulas com o Google Forms. Revista Nova Escola, 2020. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/19492/ensino-remoto-como-potencializar-suas-aulas-com-o-google-forms>>. Acesso em 28 mar. 2021.

SOUZA, Affonso César Santos de. **Uso da Plataforma Google Classroom como ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem:** Relato de aplicação no ensino médio. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência da Computação), Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.



REPRESENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL - QUINQUÊNIO 2016-2020

Roberta Gomes e Silva Dias³²
Vinicius Berckamp Ribeiro Silva³³
Raclene Ataíde de Faria³⁴

Resumo: Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na modalidade PIBIC-EM, entre os anos de 2019-2020, decorrente da recente emergência de uma notória onda conservadora nas mídias sociais por figuras políticas no país. Nela, analisou-se teórica e empiricamente as representações sociais sobre a educação sexual de crianças e adolescentes no Brasil, no quinquênio 2016-2020, a partir de publicações na rede social *Twitter*. Os principais referenciais teóricos, dentre outros, foram Maia (2010), Aberastury e Knobel (1981), Rodrigues e Wechsler (2014). As representações sociais são imagens, concepções e metáforas transmitidas, perpetuadas, alteradas ou suprimidas a partir da linguagem nas situações de interação social. A pesquisa bibliográfica evidencia que a educação sexual é apresentada em discursos conservadores como indutores da sexualidade e do aborto, e não como possível solução aos problemas sociais referentes à discriminação, prevenção de IST's, gravidez na adolescência e da violência sexual contra crianças, adolescentes e aos corpos socialmente marginalizados, além da negação de acesso ao direito básico à educação promotora do pleno desenvolvimento humano e autoconhecimento. Os dados obtidos na rede social *Twitter*, observados qualitativamente, evidenciaram que as publicações no quinquênio foram majoritariamente favoráveis à educação sexual de crianças e adolescentes no Brasil, com considerável aumento de *tweets* relacionados ao tema a cada ano. Conclui-se que apesar do recente recrudescimento ideológico conservador, a pauta educação sexual tem sido amplamente discutida na rede social analisada na perspectiva progressista, com apoio notório e, aparentemente, crescente à educação sexual de crianças e adolescentes no país.

Palavras-chave: Educação sexual de crianças e adolescentes. Representações sociais. Rede Social. *Twitter*.

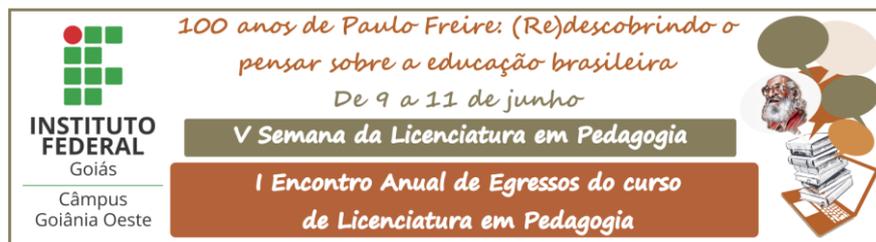
Epílogo

Esta pesquisa tem como intuito colocar em pauta as representações sociais sobre a educação sexual de crianças e adolescentes no Brasil contemporâneo, mais especificamente no quinquênio 2016-2020.

³² Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Nutrição e Dietética no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: gomesroberta581@gmail.com.

³³ Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Nutrição e Dietética no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: berckampvinicius13@gmail.com.

³⁴ Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) no Câmpus Goiânia Oeste. E-mail: raclene.faria@ifg.edu.br.



Desenvolvida pelo Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC-EM, entre os anos de 2019-2020, teve sua origem vinculada à percepção do abundante e acirrado debate, especialmente nas redes sociais, sobre assuntos relacionados aos direitos humanos, à violência sexual, à diversidade, às minorias sociais, dentre os quais os referentes ao gênero, à sexualidade e à educação sexual.

Ademais, o debate sobre essa temática percebido nas redes sociais, marcou os debates políticos desenrolados neste período, dentre os quais os transcorridos na disputa eleitoral em âmbito estadual e nacional em 2018.

A pesquisa bibliográfica incluiu documentos do campo educacional brasileiro, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), além de pesquisa bibliográfica na literatura especializada sobre a temática.

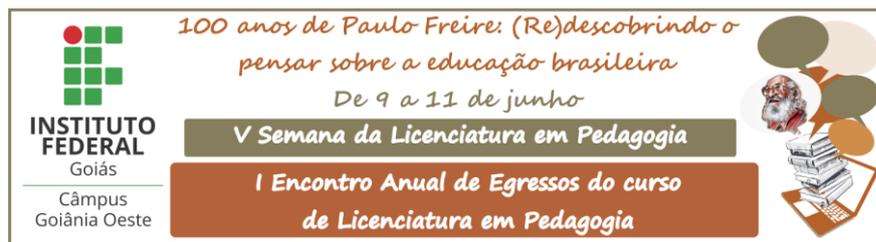
Em seu desenvolvimento coletou-se dados publicados em fontes midiáticas, como as redes sociais, especificamente o *Twitter*, a partir de critérios de relevância, *favs*, que significa a manifestação favorável das/os leitores da publicação.

A análise dos dados obtidos foi norteadada no intuito de identificar as representações sociais em relação à educação sexual de crianças e adolescentes, pois, dada a grande visibilidade que os discursos conservadores assumiram nas mídias sociais nos últimos anos, dá-se a impressão de que este tema gera amplo e polarizado debate.

O conceito de representações sociais é um meio de apreensão das concepções que as pessoas estão formulando, no contexto de acirramento de debates, sobre a educação sexual de crianças e adolescentes, assim como as concordâncias e as discordâncias destas com o que legal e cientificamente se preceitua a respeito.

Fundamentação teórica

O conceito de representações sociais tem Serge Moscovici (2007) como seu principal representante. Elas podem ser compreendidas como imagens, metáforas e concepções relacionadas a algo ou alguém, e são perpetuadas, mantidas ou suprimidas através da linguagem.



A importância do conceito de representações sociais para este trabalho decorre do convite que ele nos faz para se atentar às construções de sentido que são elaboradas a partir da vivência e da interação social.

A pesquisa bibliográfica desvelou a importância da educação sexual ao longo da vida, uma vez que todos, e em qualquer fase da vida, somos seres sexuados, também que a abordagem sobre sexualidade em ambiente escolar deve ser dada de forma cientificamente embasada e por profissionais com preparação para tal atividade (MAIA, 2010; RODRIGUES; WECHSLER, 2014).

Vale ressaltar que a sexualidade não se limita à prática sexual, o campo da sexualidade aborda também questões relacionadas ao gênero, à diversidade, à inclusão e ao autoconhecimento para o pleno desenvolvimento do indivíduo (MAIA, 2010).

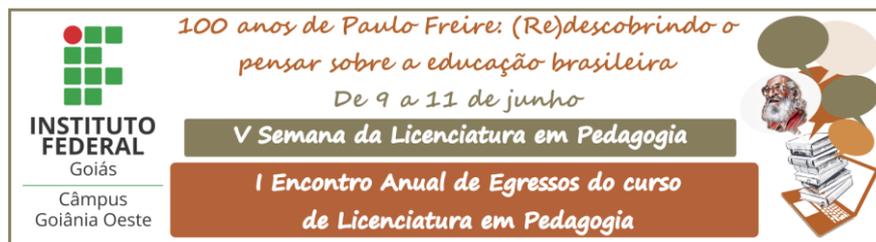
Apesar disso, abordagens relacionadas à saúde e à instrução para a vivência da sexualidade de forma segura são urgentes, tendo em vista os altos índices de gravidez na adolescência e a alta taxa de transmissão de ISTs entre os jovens (AMB, 2019; OPAN, 2017).

Resultados empíricos

A coleta de dados ocorreu por meio da rede social *Twitter* tendo como referência, em cada ano, as datas entre 17 e 22 de agosto. A escolha do período de referência se alinhou ao período da coleta de dados realizada no ano de 2020, visando a padronização, mesmo que aleatória, em relação ao período observado.

A escolha da rede social *Twitter*, como campo de pesquisa, se deu pela notoriedade crescente que esta rede social tem obtido, sobretudo para a veiculação de conteúdos político-ideológicos. Outro fator decisivo na escolha é o algoritmo da rede social que permite o alcance de muitas pessoas, sejam elas anônimas ou figuras públicas.

Além disso, esta rede social disponibiliza a opção de configuração de busca avançada, o que possibilitou pré estabelecer uma data específica anual para a coleta de dados, tornando mais exequível a busca nos anos observados com o filtro adotado para a pesquisa.



Foram coletados ao todo 333 *tweets*, mas somente 265 *tweets* foram analisados, uma vez que os demais não possuíam posicionamento político aparente. Dos que foram analisados, 85,7% - 227 publicações- continham manifestação favorável à educação sexual de crianças e adolescentes. Apesar da variação de percentual entre os anos analisados, houve prevalência favorável em todos eles.

Com isso, apesar da impressão inicial apontar que o conservadorismo retrógrado em relação à educação sexual fosse majoritário, os dados evidenciaram que na rede social *twitter*, é menor.

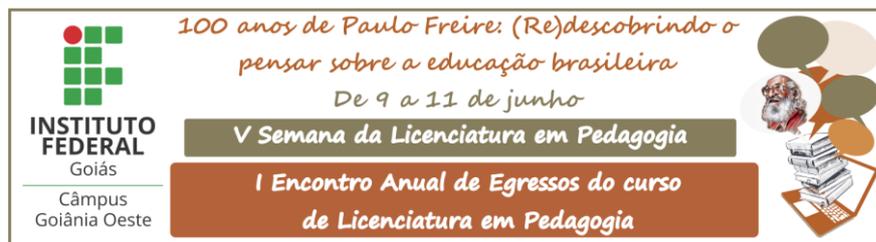
Apesar da rede social pesquisada não expressar os pensamentos da sociedade como um todo, isso não torna os dados menos importantes, já que apesar de não expressarem a totalidade, ele representa o posicionamento de uma parcela social relevante.

Prólogo

A sexualidade não se restringe à alguma fase da vida, se fazendo presente da infância à velhice, tampouco se restringe às características de gênero, raça e/ou condição física. Neste sentido ela figura como fundamental para o objetivo educativo de pleno desenvolvimento da pessoa.

Além disso, a educação sexual pode ser trabalhada desde o início da educação básica como promotora do respeito à diversidade, a fim de combater problemas sociais urgentes como a intolerância, o preconceito, dentre as quais a homofobia, a misoginia e a transfobia, motivo pelo qual esta se apresenta como uma possível política pública importante e necessária.

Há implantado no imaginário social de uma parcela da população a ideia equivocada de que a educação sexual é um problema e não uma possível solução aos problemas enfrentados por crianças e adolescentes em relação à violência, ao preconceito e à discriminação. Esse pensamento não passa de um projeto de alienação social promovido por grupos políticos com perfis conservadores e negacionistas que fazem questão de propagar esse pensamento antiintelectualista e anti-ciência por meio de *fake news* e tentam reforçar o tabu em relação à educação sexual e à sexualidade.



Apesar da visibilidade que os discursos conservadores têm adquirido nas mídias sociais nos últimos anos no Brasil, a pauta sexualidade vem tomando grandes repercussões e conquistando, no dialético processo social, mais apoiadores, o que, na perspectiva que esse trabalho foi construído, é muito positivo. Tal qual evidenciado pelos dados empíricos que, mesmo sendo fruto de uma coleta em uma rede social específica e em um recorte temporal não muito amplo, seus resultados são um suspiro necessário para que se continue lutando pela efetiva implementação da educação sexual de crianças e adolescentes no Brasil, consequentemente pelo direito de crianças e adolescentes ao conhecimento, à informação, ao autoconhecimento, à segurança, à vida e ao respeito à diversidade.

Para além do retrocesso sofrido nos últimos anos, sobretudo no da delimitação temporal da pesquisa, em relação à ascensão das pautas político-ideológicas conservadoras para a educação em geral e para a educação sexual em particular, nota-se que o tema educação sexual segue em pauta no Brasil contemporâneo, representado pelos profícuos debates a respeito dela nas redes sociais desde os últimos anos.

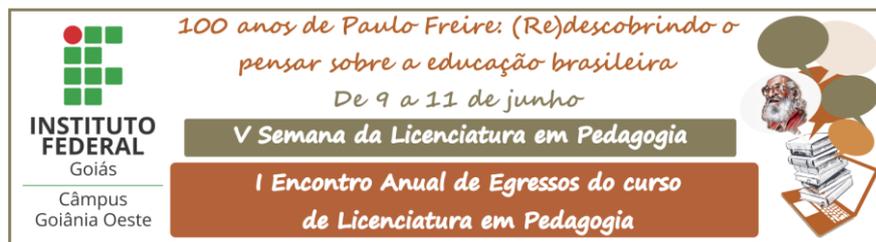
O intenso debate contrapondo-se às concepções ideológicas conservadoras percebidas nos dados coletados representam bem a resistência progressista em relação às concepções conservadoras pretensamente hegemônicas. O que pode ser analisado à luz do que nos apresenta Michael Foucault (2001) de que o poder não está centrado no outro exclusivamente e se expressa pela resistência, por meio da ativa participação no cenário político, mesmo que pelas vias das redes sociais.

Referências

ABERASTURY, A; KNOBEL M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). Gravidez na adolescência, são 400 mil casos por ano no Brasil. [s. l.: s. n.] Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/> . Acesso em: 08/06/2020.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente*, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 02/05/2019.



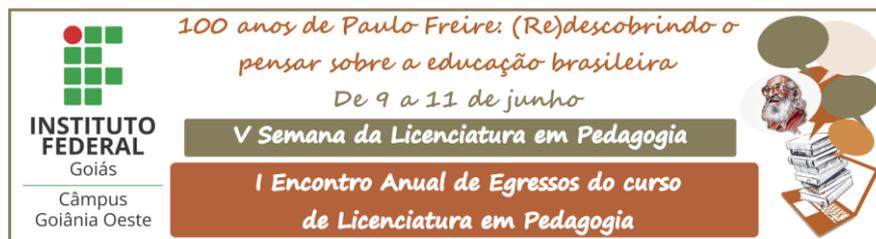
FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Sexualidade e Educação Sexual*. 2010. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto0_2.pdf. Acesso em: 23/04/2020.

MOSCOVICI, S.. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. -5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M.. A Sexualidade no Ambiente Escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP**, 1 (1): 89-104, 2014. Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/040420140_74026.pdf. Acesso em: 01/06/2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE [Brasil]. *Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS*. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017.



CORDEL: 100 ANOS DE UMA VIDA

Autora: Elenice Rabelo Costa³⁵

Nesse cordel

Eu vou contar 100 anos de uma vida
Vida de um homem que amou sem medida
Amou a vida
Amou as pessoas

Foi um professor
Um lutador
Carregou a dor
De deixar o Brasil
Por causa de torturadores
Os militares de uma época
Cheia de censura e guerra.

100 anos de uma vida
Eu falo de Paulo Freire
De Recife para o mundo
Ele foi o mestre
Da coragem, da luta e da justiça
Alfabetizar, emancipar os sujeitos da roça
Do mundo e da universidade

Legado, história e transformação
Em 100 de uma vida
De um homem que amou sem medida.

³⁵ Graduanda em Letras-Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Goiás-Campus, Goiânia (2020); Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2015-2017); Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) em Limoeiro do Norte, Ceará (2009-2014), Experiência em Iniciação Científica, Monitoria e projetos de extensão. Atuou como professora na Educação Básica nas cidades de Limoeiro do Norte e Goiânia (Goiás) nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.